

# ALIMENTANDO a CIDADANIA

A FORÇA DA SOCIEDADE CIVIL JUNTO A POLÍTICAS PÚBLICAS  
Relato sobre a Rede de Cooperação e Comercialização Solidária



ALIMENTANDO A CIDADANIA

## **EXPEDIENTE**

*Organização dos textos:* Susanne Buchweitz

*Design gráfico:* Julia Arostegi

*Editoração:* Julia Arostegi e Rocheli Wachholz

*Revisão:* Ernesto Martinez, Rita Surita e Rocheli Wachholz

*Fotografias:* Rafael Grigoleti, CAIXA e arquivo CAPA

*Coordenação do CAPA:* Rita Surita

*Equipe técnica e colaboradores do CAPA:* Ângela Soares, Antônio Soares, Carlos Adriano Prestes, Carlos Alberto Passos, Cláudio Pinto Nunes, Cleider Menegoni, Clerinson Mendes, Clever Neuenfeldt, Daniel Soares, Daniela Lessa, Daniele Peter, Ecléia Santos, Ediene Ruiz, Eduardo Medeiros, Elias Wojahn, Ellemar Wojahn, Ernesto Martinez, Fábio Mayer, Islair Radtke, Jaqueline Sgarbi, Neusa Neuenfeldt, Odilom Segovia, Rocheli Wachholz, Roni Bonow.

F612 Alimentando a Cidadania: a força da sociedade civil junto a políticas públicas; Relato sobre a Rede de Cooperação e Comercialização Solidária / textos de José Costa Fróes, Fiovarante Jaekel dos Santos e Carla Michele Rech. – Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2008.

104 p. : il. ; 15,5 X 23 cm.

Esta obra teve o apoio da Secretaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Governo Federal do Brasil.

Os textos e gráficos desta obra foram extraídos da publicação: “Estudo de caso da Rede de Cooperação Solidária”.

Apresentação de Rita Surita, Coordenadora do CAPA Pelotas.

Inclui imagens.

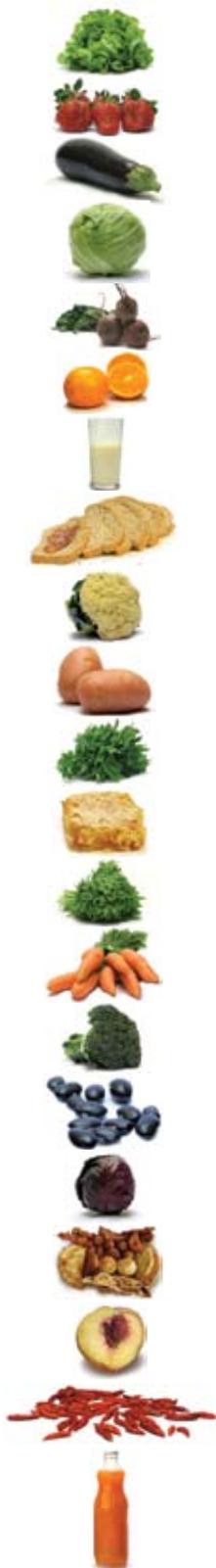
1. Agroecologia. 2. Agricultura familiar. 3. Desenvolvimento rural – Políticas públicas. 4. Agricultura familiar – Produção diversificada – Comercialização. 5. Cooperativismo – Rede solidária. 6. Redes de cooperação. 7. Produção ecológica. 8. Produtor rural – Agricultor – Pescador. 9. Quilombolas – Pescado artesanal – Produção – Renda. 10. Sustentabilidade. 11. Gênero – Inclusão social.

I. Fróes, José da Costa. II. Santos, Fiovarante Jaekel dos. III. Rech, Carla Michele. IV. Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA. V. Título.

CDU 631.153

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Ana Lucia Wagner – Bibliotecária responsável CRB10/1396)

Essa publicação foi elaborada a partir do *Estudo de Caso da Rede de Cooperação e Comercialização Solidária - Relatório Final*, concedida aos vencedores do *Prêmio CAIXA melhores Práticas em Gestão Local edição 2005/2006*, permanecendo entre as 10 melhores práticas no Brasil e escolhida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das práticas mundiais para serem publicadas como referência.



05	APRESENTAÇÃO
09	EXERCITANDO CIDADANIA
18	A FOME E A VONTADE DE PRODUZIR
22	UMA LOGÍSTICA DE SOLIDARIEDADE
26	DAI DE COMER A QUEM TEM FOME
31	UM POUCO DA HISTÓRIA DA REGIÃO
35	A ORIGEM DO PROJETO
39	FATORES DECISIVOS PARA A VIABILIZAÇÃO DA PROPOSTA
43	A SOLIDARIEDADE COMO FATOR DE SUCESSO
46	UM TESTE PARA A SUSTENTABILIDADE
51	O JEITO DE TRABALHAR DO CAPA E A REDE SOLIDÁRIA
55	RESULTADOS E DESAFIOS DO PROJETO EM REDE
65	QUEM É O CAPA E QUEM SÃO SEUS PARCEIROS?
71	LIDERANÇAS E FORTALECIMENTO DA COMUNIDADE
75	GÊNERO E INCLUSÃO SOCIAL
79	O CASO ESPECIAL DOS QUILOMBOLAS
84	QUAIS OS MARCOS DA REDE SOLIDÁRIA EM TERMOS DE INOVAÇÕES?
87	OS PESCADORES ARTESANAIS
91	É POSSÍVEL REPETIR O MODELO EM OUTROS LUGARES?
95	A REDE VIDA A GRANEL
99	LIÇÕES APRENDIDAS E CONCLUSÕES





**APRESENTAÇÃO**

Quando lemos suco de butiá e ananá, doce de abóbora, purê de batata ecológica, batata-doce assada, aipim cozido, arroz e feijão ecológicos, verduras frescas e sem veneno, peixe assado, pão de farinha de milho crioulo, descobrimos que este não é o cardápio de um dos melhores restaurantes naturais, mas compõe o programa de segurança alimentar que se baseia na biodiversidade e na produção local. Está na mesa de escolas infantis, unidades assistenciais e nos bairros mais carentes de sete municípios da região sul do RS. É fruto da parceria entre a sociedade civil e o poder público e já é uma realidade para milhares de famílias, promovendo o desenvolvimento rural de toda uma região.

Estamos falando da Rede de Cooperação e Comercialização Solidária, um programa inovador que encontrou alternativas locais para o enfrentamento da fome, reconhecendo e valorizando as potencialidades da agricultura familiar da região, ampliando a produção ecológica e integrando comunidades historicamente marginalizadas dos processos de desenvolvimento: quilombolas, assentados de reforma agrária e pescadores artesanais. Outro aspecto relevante é a inclusão do critério de qualidade nutricional, que possibilita o acesso a alimentos de valor nutritivo superior pela população em situação de carência socioeconômica ao priorizar a comercialização de produtos que tenham como base a agroecologia. A metodologia utilizada reconhece e coloca os envolvidos no programa como protagonistas do processo se tornando um elemento na construção da cidadania, contribuindo para o fortalecimento das comunidades, o estabelecimento de relações

entre população e governo e a articulação de organizações de produtores e consumidores de alimentos, aumentando assim o vínculo de solidariedade entre as populações urbanas e rurais.

Esta publicação é parte do projeto de “Fomento à assistência técnica, capacitação e extensão para o fortalecimento da produção agroecológica e consolidação da Rede de Comercialização Solidária, em contraposição à Cultura do tabaco no território sul do Rio Grande do Sul”, firmado entre o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Segundo Adriana Gregolin, coordenadora do Programa de Diversificação das Áreas Cultivadas com Tabaco/MDA: “O objetivo do programa é criar oportunidades e estimular as famílias agricultoras a tomarem a decisão de reduzir o cultivo do tabaco, diversificando com outras atividades agrícolas e não agrícolas, geradoras de renda”. Para o estabelecimento da Rede de Comercialização Solidária, destacamos o papel do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA da CONAB/MDA/MDS, instrumento que possibilita o aumento da produção orgânica na agricultura familiar, sua comercialização e distribuição.

Queremos assim, repartir esta experiência, animando outros atores a criarem e recriarem mecanismos e formas sociais de organização capazes de fazerem frente aos desafios de nossa época, e especialmente o de satisfazer o Direito Humano Básico de uma alimentação pura, saudável e abundante para todos.

*Rita Surita, coordenadora do CAPA Pelotas*





**EXERCITANDO  
CIDADANIA**

## EXERCITANDO CIDADANIA

*“Antes da possibilidade concreta da rede já tínhamos esse debate, era o projeto do CAPA. A meta estratégica para o CAPA a partir de 2002 era a formação de redes. É claro que ao estabelecer a estratégia tem-se um horizonte, sem saber que tamanho seria essa rede ou redes, mas sabíamos que tínhamos uma organização de base, tínhamos elementos que possibilitavam o sucesso dessa rede. Nós tínhamos aqui uma agricultura familiar diversificada com todos esses atores sociais, que se encontram nessa diversidade: agricultores familiares, pescadores, quilombolas, assentados. Temos diversificação na produção, a modernização não aconteceu da mesma forma do que nas outras regiões. Então o que era considerado atraso, hoje é avanço...”*

*Rita Surita*

A formação da rede começa na Colônia Osório, interior de Pelotas (RS), no dia 29 de agosto de 2003, em um salão comunitário, lotado de agricultoras e de agricultores, reunidos sob a motivação do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural. A intenção era confirmar a amplitude de uma informação estratégica divulgada pela Companhia Nacional de Abastecimento/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CONAB/MAPA) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) sobre o programa de compra antecipada de produtos agrícolas com fundos governamentais : Programa de Aquisição de Alimentos /PAA.

Em um exercício de cidadania, mais de 700 pessoas participaram do 1º Seminário Regional da Agricultura



*Em um exercício de cidadania, mais de 700 pessoas participaram do 1º Seminário Regional da Agricultura Familiar. Isto permitiu, que os próprios agricultores e o Governo Federal, percebessem o potencial organizativo e produtivo da agricultura familiar da região.*

*O programa busca promover o desenvolvimento econômico e social de grupos historicamente marginalizados aliado ao desafio de enfrentar o assédio das empresas fumageiras aos agricultores produtores de alimentos na região.*



Familiar, promovido pelo CAPA e pela secretaria do município. A família Mühlenberg – seu Roni, dona Lúcia e os filhos Luciano e Moacir – que tem uma propriedade-modelo em termos de agroecologia e trabalha há anos com o CAPA, estava lá, assim como muitas outras. *“Deixamos o trabalho em casa, hoje é mais importante estar aqui”*, confirmou seu Roni.

O diretor da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Silvio Porto e o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), José Batista, ouviram e responderam inúmeras perguntas sobre “essa proposta de ajudar a produção e comercialização de alimentos saudáveis por meio da compra pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)”. A iniciativa havia sido criada em parceria pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e CONAB/MAPA. Os alimentos adquiridos eram doados à população residente em bairros da periferia, por meio do Programa Fome Zero.

Os agricultores da região vendiam, desde 2000, produtos para o Programa Merenda Escolar Ecológica, subsidiado pelo Governo Estadual (gestão 1999-2002). O CAPA, juntamente com as Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (CEASA/RS) e uma escola da rede pública estadual em São Lourenço do Sul, iniciou um projeto piloto, onde os alimentos utilizados eram produzidos ecologicamente por agricultores familiares da região, beneficiando 538 crianças.

Embora não recebendo apoio da gestão seguinte do



Governo Estadual, o projeto teve continuidade com ampliação da compra direta dos produtos dos agricultores familiares por três escolas estaduais do mesmo município. Nos anos seguintes, com a evolução do projeto, 33 escolas da rede pública estadual e municipal da Região Sul do Rio Grande do Sul estavam envolvidas no projeto que beneficiou 8.345 crianças, aumentando em 40 vezes a demanda por alimentos da agricultura familiar.

No entanto, em termos gerais, o mercado estava ficando “apertado” pela existência de um grande número de organizações de agricultores familiares, com oferta de uma ampla variedade de alimentos. O Merenda Ecológica havia propiciado inclusive a promoção de feiras no pátio de algumas escolas. Mesmo assim, o espaço não era suficiente para garantir a comercialização para todos.

Ao mesmo tempo, se pensava no desafio de enfrentar o assédio das empresas fumageiras aos agricultores produtores de alimentos na região, considerada como a maior área de expansão do cultivo de tabaco. A estrutura existente na agricultura familiar regional, com mão-de-obra abundante e a grande concentração de pequenos estabelecimentos rurais, tornam-a especialmente favorável a esta ação. As estratégias de estruturação dos estabelecimentos rurais e a ampliação das áreas de cultivo de tabaco incluem, desde o financiamento da produção e garantia de mercado pelas fumageiras, até o apoio para compra de terra por jovens casais agricultores.

## OBJETIVOS DO PROGRAMA

Como objetivo principal o programa busca promover o desenvolvimento econômico e social de grupos historicamente marginalizados – agricultores familiares, quilombolas, assentados de reforma agrária e pescadores artesanais – através da organização em uma rede de comercialização que tenha acesso ao mercado institucional – e a ampliação dos programas de segurança alimentar para o enfrentamento da fome.

Entre as prioridades estava a implantação de um programa de segurança alimentar a partir da política pública do Governo Federal, o Programa Fome Zero, criando espaços solidários de cooperação entre a população rural e urbana; o atendimento prioritário a crianças, mães com bebês, gestantes e idosos. Além disso, foi priorizado o atendimento a meninos e meninas, adolescentes ou jovens usuários de drogas e moradores de rua.

Os objetivos iniciais compreendiam:

- Apoiar, de forma concreta, a rede de organização dos agricultores familiares e assentados, promovendo o fortalecimento de suas organizações e o aumento da sua renda.
- Ampliar a produção ecológica de alimentos através do acesso à capacitação e assistência técnica, garantir bons preços aos agricultores e aumentar o vínculo de solidariedade entre as populações urbanas e rurais.
- Incluir quilombolas e pescadores artesanais da região como protagonistas, produzindo alimentos, aumentando

a auto-estima destas pessoas em conjunto com a retomada da produção dos alimentos.

- Possibilitar a ampliação do acesso ao mercado institucional às cooperativas regionais dos agricultores, encorajando-as para a produção e reinvestimento nos estabelecimentos rurais.
- Favorecer processos de melhoria na agroindustrialização e beneficiamento dos produtos agropecuários, agregando renda e diversificando a produção.
- Valorizar a produção da agricultura familiar e ampliar a produção ecológica de alimentos através do acesso à capacitação e assistência técnica, diminuindo os impactos negativos ao meio ambiente, além de garantir bons preços aos agricultores.
- Aumentar o vínculo de solidariedade entre as populações urbanas e rurais.
- Minimizar e, gradativamente, combater a fome que atinge milhares de famílias na região.
- Comprometer e reconhecer o trabalho das comunidades locais, através das organizações religiosas, escolas e associações na identificação das famílias em situação de risco alimentar e distribuição de alimentos às famílias cadastradas.
- Consolidar o trabalho comunitário como prática solidária e democrática para resolução de problemas sociais.



A FOME E A  
VONTADE DE  
PRODUZIR

## A FOME E A VONTADE DE PRODUIR

*“Em 2003, o diálogo entre os parceiros prosperou;  
com o PAA e a formação da Rede juntou-  
se a fome com a vontade de produzir.”*

*Ellemer Wojahn, ex-secretário Municipal de  
Desenvolvimento Rural em Pelotas (gestão 2001-2004)*

O resultado do 1º Seminário Regional de Agricultura Familiar foi “arregaçar as mangas e trabalhar”. As equipes de técnicos do CAPA e da prefeitura se dedicaram intensamente a pensar uma estratégia que permitisse o acesso de diferentes grupos ao mercado institucional. A proposta era atender não apenas os agricultores familiares ecológicos, mas também os quilombolas – que já estavam produzindo alimentos com excedente para venda, a partir de outro projeto de apoio do CAPA (“Pequenos Agricultores Quilombolas”), os pescadores artesanais e os assentados da reforma agrária.

21

Não era possível pensar em um processo linear, pela grande diferença de caminhada entre os participantes. Assim, se pensou na rede, que acabou dando nome à iniciativa: Rede de Cooperação e Comercialização Solidária, integrada por organizações representativas dos públicos envolvidos. “No nosso entendimento, era o formato mais adequado para resolver os problemas da comercialização na agricultura familiar e levar alimentos de qualidade a quem mais necessitava”, avalia Rita Surita. Entre os principais objetivos estavam o estímulo da produção ecológica e a valorização de maneiras solidárias de organização para não comprometer a participação dos grupos mais frágeis. Os alimentos deveriam ser suficientes

para atender as demandas do Fome Zero em Pelotas.

Para integrar a rede e fornecer produtos ao PAA, foram definidos os seguintes critérios:

- Ser agricultor familiar ou pescador artesanal enquadrado nas normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura – PRONAF (explorar parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; não manter empregado permanente, sendo admitido recorrer eventualmente à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir; não deter, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor; no mínimo 80% de sua renda bruta anual devem ser provenientes da exploração agropecuária ou extrativa; residir na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos);
- Fazer parte de um grupo ou estar vinculado à uma cooperativa ou associação;
- Entregar o valor financeiro (R\$ 2.500,00 na época, atualmente R\$ 4.500,00) em produtos por ano, determinado pelo programa;
- Produzir alimentos de alta qualidade, padrão e sanidade;
- Produzir alimentos em quantidade planejada pelo programa.

Logo após a formação da rede realizaram-se reuniões de todos os envolvidos para planejar e identificar o potencial da produção local. Elaborou-se um diagnóstico da produção, identificando e quantificando as necessidades



*Para integrar a rede e fornecer produtos é necessário produzir alimentos em quantidade planejada pelo programa.*

23

para composição da sacola, a fim de ofertar a diversidade de produtos demandados.



**UMA LOGÍSTICA DE  
SOLIDARIEDADE**

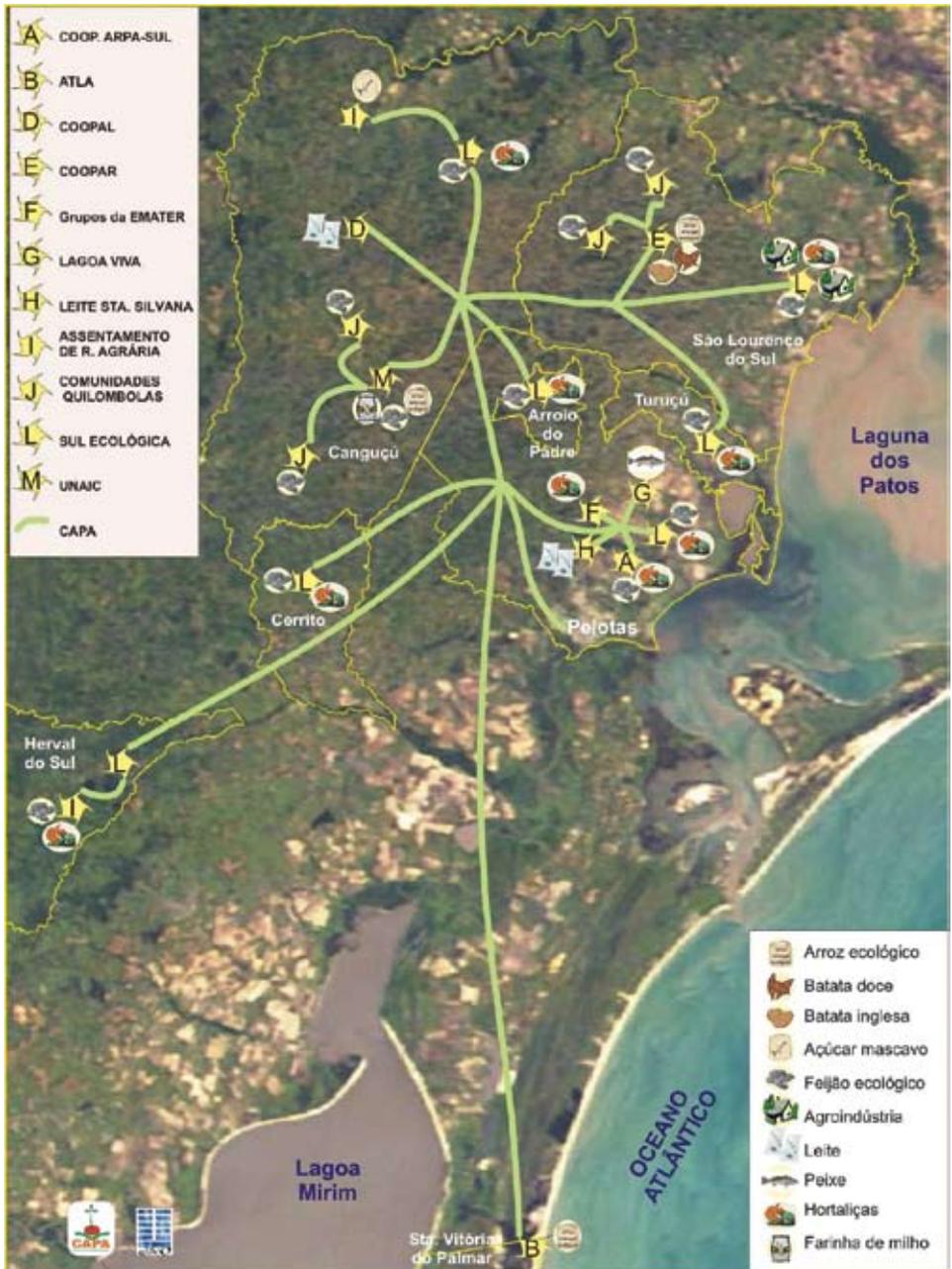
## UMA LOGÍSTICA DE SOLIDARIEDADE

Era final de 2003, e a sede do CAPA estava fervilhando de gente que planejava a arquitetura da proposta. A equipe, junto com dirigentes das organizações dos agricultores ligados à Rede Solidária, tinha que pensar na produção, busca, entrega e distribuição dos alimentos – com toda a logística que isso representava. As mesas de reuniões cheias de papéis, quadros-negros com diagnósticos, previsões e cenários davam uma pequena demonstração do tamanho do esforço para a montagem do projeto.

As entidades parceiras responsáveis pela produção dos alimentos:

- Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda
- Cooperativa dos Pequenos Agricultores Produtores de Leite da Região Sul do RS (COOPAL)
- Cooperativa Arpa-Sul de Pequenos Agricultores Agroecologistas da Região Sul Ltda
- União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (Unaic)
- Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda (COOPAR)
- Cooperativa dos Pescadores Profissionais Artesanais Lagoa Viva Ltda
- Pequenos Produtores de Leite da Colônia Santa Silvana de Pelotas (Leite Santa Silvana)
- Grupos de produção de hortaliças atendidos pela Emater Pelotas

26



O PLANEJAMENTO LOGÍSTICO ENVOLVIA PENSAR NA PRODUÇÃO, BUSCA, ENTREGA E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS. NO CAPA, EM PELOTAS, MESAS CHEIAS DE PAPÉIS E QUADROS-NEGROS COM DIAGNÓSTICOS, PREVISÕES E CENÁRIOS DAVAM UMA PEQUENA DEMOSNTRAÇÃO DO TAMANHO DO ESFORÇO PARA A MONTAGEM DO PROJETO.

- Associação dos Trabalhadores da Lavoura de Arroz (ATLA)
- Comunidades quilombolas e assentamentos de reforma agrária ligados às cooperativas
- Agroindústria Figueira do Prado.

As organizações dos agricultores e pescadores do interior de nove municípios do Território Sul do Rio Grande do Sul (Arroio do Padre, Canguçu, Cerrito, Herval do Sul, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul, Santa Vitória do Palmar e Turuçu) assumiram a parte da produção, beneficiamento, agroindustrialização, embalagem, recolhimento e transporte dos alimentos das comunidades rurais até o centro da cidade de Pelotas.

27

Os alimentos que integram o cardápio proposto na Rede Solidária são abóbora orgânica, açúcar mascavo orgânico, arroz orgânico e convencional, batata orgânica e convencional, batata doce orgânica e convencional, beterraba orgânica e convencional, brócolis convencional, cebola orgânica e convencional, cenoura orgânica, couve orgânica e convencional, couve-flor convencional, doce ecológico, farinha de milho orgânica e convencional, farinha de trigo convencional, feijão orgânico e convencional, laranja comum e valência orgânica, leite, mandioca orgânica, mel, milho verde convencional e orgânico, pão integral, peixe processado, pêssego orgânico, repolho orgânico e convencional, suco ecológico e tomate orgânico e convencional.



**DAI DE COMER A  
QUEM TEM FOME**

## DAI DE COMER A QUEM TEM FOME

*Todas as semanas, voluntários da Comunidade Luterana Bom Pastor, ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) se encontram cedo no pavilhão para receber verduras, grãos e leite e dividi-los em porções iguais. Às 8h a fila na porta já é longa e muitas pessoas, a maioria composta de mulheres e crianças, seguram o cartão que comprova o seu “registro” na lista de beneficiários. A dona de casa Vilma Aguiar Quintana conta com a ajuda da filha para carregar os alimentos – a sacola volta cheia, às vezes são duas sacolas – que vão reforçar – ou muitas vezes compor – as refeições da família. “Essa sacola ajuda muito. As crianças gostam, não têm problema com as verduras. Elas comem tudo.”*

29

*Vilma Aguiar Quintana, beneficiária do programa.*

Mas como chegar lá – na base da fome? Coube à Prefeitura Municipal de Pelotas, através de sua Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos, estabelecer parcerias com as comunidades locais, através das organizações religiosas, escolas e associações, para identificação das famílias beneficiárias, bem como levantar as necessidades nutricionais para a composição das sacolas e realização das refeições. Isso também não foi tão simples assim: uma das questões enfrentadas e posteriormente superadas era a proposição de alteração no cardápio das escolas e da composição das sacolas, valorizando a produção local, considerando ao mesmo tempo a sua variedade e a sua dificuldade em termos de oferta continuada.

*Durante o primeiro ano, foram distribuídos 1.550.000 kg de alimentos, sendo que destes, 70% eram produzidos por agricultores ecológicos ou em transição ecológica.*



As organizações religiosas, escolas e associações no meio urbano identificavam as famílias em situação de risco alimentar por meio do projeto da prefeitura municipal – Segurança Alimentar: Alimentando a Cidadania, coordenado pelo gabinete da primeira dama Miriam Marroni – e eram responsáveis pela entrega dos alimentos, em sacolas ou já preparados na forma de sopas, além de promover cursos de formação para o trabalho e orientações básicas de saúde, educação e cidadania para a população atendida.

**A ALTERAÇÃO NO CARDÁPIO DAS ESCOLAS E  
A COMPOSIÇÃO DAS SACOLAS COM ALIMENTOS  
VALORIZANDO A PRODUÇÃO LOCAL FOI UM DOS  
DESAFIOS SUPERADOS PELO PROJETO.**

Da mesma forma, os alimentos eram distribuídos em outros 25 pontos da comunidade:

31

Abelupe - Associação Beneficente Luterana de Pelotas; Casa Irmãs Farias; Centro de Cultura, Esporte e Lazer Anjos e Querubins; Comunidade Católica Bom Jesus; Comunidade Católica Cristo Salvador; Comunidade Católica Nossa Senhora da Glória; Comunidade Católica Nossa Senhora de Lourdes; Comunidade Católica Nossa Senhora dos Navegantes; Comunidade Católica Sagrado Coração de Jesus; Comunidade Católica São Francisco de Assis/Navegantes III; Comunidade Cristo Semeador; Comunidade Divino Espírito Santo; Comunidade Imaculada Conceição; Comunidade Nossa Senhora Conceição; Comunidade Nossa Senhora do Carmo/ Vila Castilho; Comunidade Nossa Senhora dos Navegantes/Z-3; Comunidade Peregrinos do Amor; Comunidade Pregação Bom Pastor; Comunidade Santa Cruz; Comunidade Santo Antônio; Comunidade São Francisco Assis – Bairro Verona; Comunidade São Lucas; Paróquia

Sant'Ana; Sociedade Espírita Assistencial Dona Conceição;  
Sociedade Espiritualista Rio Grande do Sul.

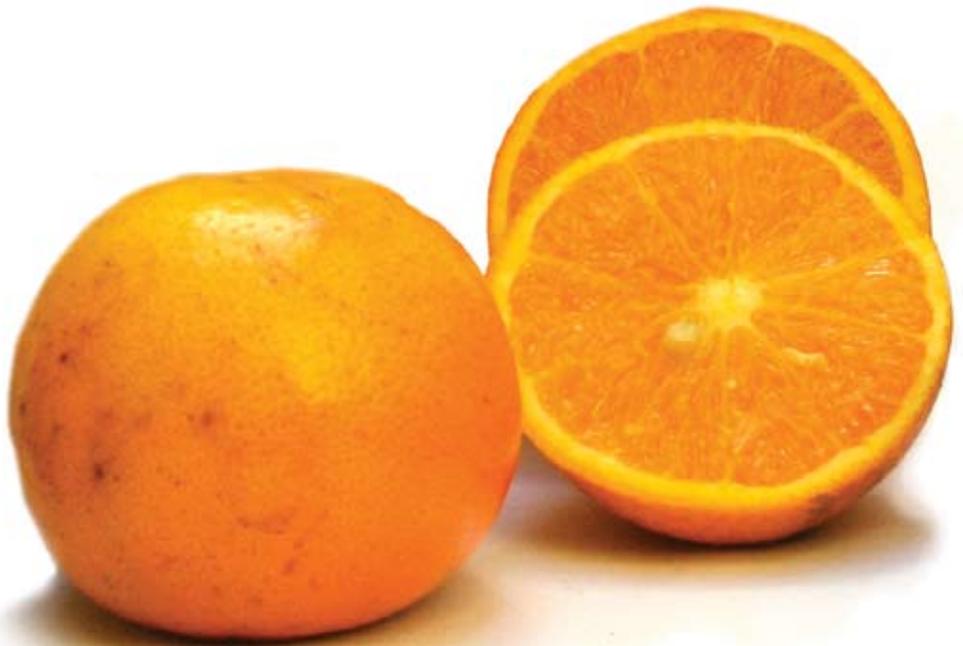
**AS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS, ESCOLAS E ASSOCIAÇÕES NO MEIO URBANO IDENTIFICAM AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO ALIMENTAR E SÃO RESPONSÁVEIS PELA ENTREGA DOS ALIMENTOS, ALÉM DE PROMOVER CURSOS DE FORMAÇÃO PARA O TRABALHO E ORIENTAÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA PARA A POPULAÇÃO ATENDIDA.**

Durante o primeiro ano, foram distribuídos 1.550.000 kg de alimentos, sendo que destes, 70% eram produzidos por agricultores ecológicos ou em transição ecológica.

32 O CAPA, além de organizar toda a rede, atuou como mediador, apoiando as diversas cooperativas, associações e grupos rurais, proporcionando espaços de reflexão, diálogo e atividades conjuntas, sendo ainda responsável pela assistência técnica na produção e agroindustrialização junto aos agricultores familiares, assentamentos, quilombolas e pescadores artesanais envolvidos no projeto.

Também assumiu o papel de criação de uma central de informações, encarregada pela animação do projeto e organização do fluxo de entrega dos alimentos, mantendo atualizado o planejamento da produção e a logística conjunta de seu funcionamento, além do apoio às cooperativas na organização da prestação de contas.

O Governo Federal, através da CONAB/MAPA, MDA e do Fome Zero do MDS, estava responsável pela aquisição dos alimentos e doação simultânea para os beneficiados na cidade.



UM POUCO DA  
HISTÓRIA DA  
REGIÃO

## UM POUCO DA HISTÓRIA DA REGIÃO

### UMA REGIÃO MARCADA PELA DESIGUALDADE SOCIAL

A microrregião de Pelotas, na metade sul do Rio Grande do Sul, compreende a cidade de Pelotas e 12 pequenos municípios essencialmente agrícolas, marcados por enormes desigualdades sociais, estagnação econômica e empobrecimento da população. Esta situação é fruto da história regional, que teve sua trajetória marcada pelo auge econômico na época das charqueadas, com mão-de-obra escrava no século XIX. A partir do século XX começou um período de decadência, enquanto a metade norte do estado se desenvolvia como pólo industrial. A mentalidade patrimonial típica do latifúndio não permitiu as mudanças necessárias ao desenvolvimento da região, hoje marcada por enormes desigualdades sociais, estagnação econômica e empobrecimento da população.

34

Além disso, as políticas de desenvolvimento adotadas nas duas últimas décadas para a agricultura, com a modernização que privilegiou as culturas de exportação em detrimento da agricultura tradicional familiar, favoreceram na região um intenso êxodo rural. As famílias vindas de municípios rurais migraram em massa para as sedes urbanas dos municípios, em especial para a cidade de Pelotas, levando a um crescimento desordenado e a uma significativa concentração de pessoas na periferia, em situação de carência.

A maioria da população do meio rural é composta principalmente por agricultores familiares, pescadores artesanais, quilombolas e assentados de reforma agrária.



*A microrregião de Pelotas, na metade sul do Rio Grande do Sul, compreende a cidade de Pelotas e 12 pequenos municípios essencialmente agrícolas, marcados por enormes desigualdades sociais, estagnação econômica e empobrecimento da população.*

Distantes dos centros consumidores, esses têm poucas possibilidades de comercializar seus produtos e receber assistência técnica adequada.

Existem 25 mil propriedade familiares que produzem alimentos (leite, feijão, milho, arroz, batata, frutas e hortaliças), mas que geram renda insuficiente devido, em grande parte, à falta de acesso ao mercado. Essa produção alimentar vem sendo ameaçada pela crescente penetração do tabaco, estimulada por empresas fumageiras que buscam subordinar a produção familiar aos seus interesses. E mais recentemente, se dá a implantação na região de um polo florestal e madeireiro com monocultivos florestais, ameaçando de forma definitiva o patrimônio e a riqueza da agricultura familiar da região, suas práticas agrícolas e culturais, seus conhecimentos e tradições assim como um bioma único: o pampa gaúcho.

É nessa realidade que o CAPA desenvolve ações para organização e viabilidade econômica com qualidade de vida para um público composto inicialmente de agricultores familiares, acrescido depois por assentados de reforma agrária, quilombolas e pescadores artesanais da região – dentro da perspectiva que a população urbana tenha acesso a alimentos de qualidade produzidos pela agricultura familiar.



**A ORIGEM DO  
PROJETO**

## A ORIGEM DO PROJETO

*“Decidimos que não iríamos mais comprar produtos enlatados de outras regiões e sim valorizar a compra de alimentos saudáveis, produzidos localmente, incluindo também na merenda escolar, promovendo ao mesmo tempo um processo educativo junto às escolas municipais.”*

*Fernando Marroni, ex-prefeito de Pelotas (gestão 2001-2004)*

Em 2000, durante a gestão da frente popular no Governo Estadual (1999-2002), o CAPA, juntamente com as Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (CEASA/RS) e uma escola da rede pública estadual em São Lourenço do Sul, iniciou o projeto piloto para Merenda Escolar Ecológica, onde os alimentos utilizados eram produzidos ecologicamente por agricultores familiares da região.

Paralelamente a este projeto, em 2001, a então administração pública municipal de Pelotas, sensibilizada e preocupada com a realidade tanto do meio rural, em especial da Colônia Z-3 de pescadores artesanais, e com o problema da fome instalado no meio urbano, passou a encarar o tema da segurança alimentar como um desafio político.

Neste ano, criou-se um grupo de discussão, integrado por representantes das secretarias municipais de educação, saúde, cidadania e direitos humanos, acompanhado da procuradoria geral do município, com o objetivo de organizar e otimizar o processo de compras de alimentos da prefeitura, integrando as ações que dissessem respeito ao tema: *“Havia uma visão clara de que era mais produtivo e mais efetivo*

*juntar as demandas das diversas secretarias por alimentos e potencializar a compra dos agricultores familiares. Depois de adquiridos conjuntamente, os produtos eram destinados para os diferentes programas assistenciais das diferentes secretarias”,* relatou o então prefeito municipal, Fernando Marroni (gestão 2001-2004).

Jacira Porto, vereadora na época, apoiava e acompanhava a discussão, trazendo a preocupação da busca de espaços para a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Ela tinha trabalhado como consultora junto ao projeto da CEASA/RS com o CAPA em 2000 e conhecia o potencial do mercado institucional de alimentos para os programas públicos, como a merenda escolar, e a importância do papel do Estado na compra destes alimentos.

Os bons resultados da experiência anterior demonstravam que era possível adquirir produtos de qualidade dos agricultores familiares, com regularidade e padronização.

A discussão resultou na criação de um programa municipal estruturado, pensado para o mercado institucional, havendo necessidade de estabelecer parceiros e procedimentos legais. Com o projeto da Merenda Ecológica, a Secretaria Municipal da Educação de Pelotas passou a adquirir os produtos da agricultura familiar para a merenda escolar. O Conselho de Alimentação Escolar ficou responsável pela fiscalização da gestão do recurso e a qualidade dos produtos.

Pela sua organização social, conhecimento e articulação com o público produtor, o CAPA teve um papel fundamental na viabilização da proposta. Em 2001, transferiu sua sede de

São Lourenço do Sul para Pelotas, iniciando uma série de ações junto com a Prefeitura Municipal, agricultores familiares e pescadores artesanais.

Com as perspectivas positivas, o CAPA, com o apoio do governo municipal, contribuiu decisivamente na criação de duas novas organizações cooperativas com base em Pelotas: a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda. e a Cooperativa Lagoa Viva de Pescadores Artesanais Profissionais Ltda., da Colônia Z-3, que posteriormente fariam parte da Rede de Produção e Comercialização Solidária. Organizou os agricultores, passou a auxiliar no planejamento, na produção e na distribuição dos alimentos, a partir da experiência com o projeto piloto de merenda ecológica na região.

40

A escolha pelas organizações religiosas como parceiras na distribuição dos alimentos se deu a partir de uma decisão da prefeitura. Depois de dialogar com organizações de base, optou-se pela parceria com organizações religiosas ativas e com trabalhos consistentes. A idéia era de que a comunidade local se envolvesse para garantir que os alimentos chegassem até as pessoas que mais precisavam.



**FATORES  
DECISIVOS PARA A  
VIABILIZAÇÃO DA  
PROPOSTA**

## FATORES DECISIVOS PARA A VIABILIZAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta institucional escolhida foi trabalhar com grupos no campo e na cidade, principalmente a partir da organização social existente no meio rural, constituído pelas cooperativas e associações, propondo-se a valorização do pequeno agricultor e da produção local.

O trabalho foi facilitado, uma vez que as organizações tinham uma metodologia semelhante. Prevaleceu a formação da rede, integrando entidades da agricultura familiar, criadas a partir do trabalho de organização realizado pelo CAPA e apoiadas ao longo dos anos. Além disso, as organizações envolvidas desejavam a mesma coisa – que: 1. um alimento de qualidade; 2. produzido ecologicamente; 3. na região; 4. chegasse até os mais pobres.

42

**FORAM VÁRIAS EXPERIÊNCIAS EFETIVADAS EM ANOS ANTERIORES, COMO POR EXEMPLO A REALIZAÇÃO DE FEIRAS NOS BAIRROS MAIS POBRES, QUE NÃO TIVERAM CONTINUIDADE PELA FALTA DE RECURSOS DA POPULAÇÃO DA PERIFERIA PARA COMPRA DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.**

A coordenação do CAPA contou que foram várias experiências efetivadas em anos anteriores, como por exemplo a realização de feiras nos bairros mais pobres, que não tiveram continuidade pela falta de recursos da população da periferia para compra dos produtos da agricultura familiar. Com o estabelecimento do Programa “Fome Zero”, pensando-se na questão da segurança alimentar das comunidades em situação de risco, foi possível realizar o projeto.

Outro elemento fundamental para a viabilização da Rede Solidária foi a criação do PAA. De acordo com o diretor da Conab/MAPA, Silvio Porto os bons resultados da experiência em 2000, articulada pelo CAPA com a CEASA no Rio Grande do Sul, abriu as portas para o fornecimento da alimentação ecológica nas escolas, adquirida da agricultura familiar. Tal iniciativa, somada a outras pelo Brasil a fora, contribuiu de forma decisiva para a constituição do PAA pelo Governo Federal, em 2003.

Ao se analisar a estrutura das organizações integrantes da iniciativa é possível constatar que todas elas, sem exceção, tiveram apoio do CAPA, na sua criação, estruturação e desenvolvimento.

**O TRABALHO FOI FACILITADO, JÁ QUE AS ORGANIZAÇÕES TINHAM UMA METODOLOGIA SEMELHANTE E DESEJAVAM A MESMA COISA: QUE UM ALIMENTO DE QUALIDADE, PRODUZIDO ECOLOGICAMENTE, NA REGIÃO, CHEGASSE ATÉ OS MAIS POBRES.**

43

No momento da possibilidade de formação de uma rede, o CAPA enquanto unidade gestora, agregou estas organizações para desafiá-las a tomada de decisão para um processo importante: a de comercialização de produtos para o mercado institucional. Sua missão e objetivos institucionais garantiram o papel que tem desempenhado no processo. O papel do CAPA foi de atuar como instituição orientadora e animadora dos processos, de apoio técnico às instituições e interlocução com os parceiros do Governo Federal e do poder público municipal.

Em 2003, a CONAB/MAPA havia firmado 17 contratos pelo Brasil, porém nenhum deles com a característica da



*A criação do PAA foi fundamental para a  
viabilização da rede solidária*

*O PAA foi criado em 2003, depois de muita discussão entre  
diferentes ministérios no Conselho Nacional de Segurança  
Alimentar (CONSEA), como uma política específica para  
comercialização, instituído em Lei em 2 julho de 2003.  
Universaliza-se uma política de aquisição de alimentos  
da agricultura familiar, respeitando as especificidades  
das diferentes regiões do país, com doação simultânea  
para os programas sociais de segurança alimentar.*

operação em rede realizada em Pelotas. Para a CONAB/  
MAPA o mais importante no processo instalado neste  
município, em especial envolvendo a região, é a complexidade  
dos atores envolvidos na produção de alimentos, organizados  
de diferentes formas.



**A SOLIDARIEDADE  
COMO FATOR DE  
SUCESSO**

## A SOLIDARIEDADE COMO FATOR DE SUCESSO

*“A vantagem da rede é que um ajuda o outro.”*

*Ivo Scheunemann, presidente da Cooperativa Sul  
Ecológica de Agricultores Familiares Ltda.*

*“Na rede, as entidades vão se complementando.”*

*Amilton Strelow, gerente comercial da Cooperar.*

46 A solidariedade entre as organizações foi o elemento chave para constituição e sucesso da iniciativa, uma vez que, em 2003, quando surgiu o PAA, apenas duas cooperativas estavam habilitadas a firmar convênio com a CONAB/MAPA: a Cooperar e a Unaic que se tornaram entidades âncoras do processo. Apesar do ônus que isso representou para as duas organizações, foi a sua participação, de forma estruturada física e juridicamente, que permitiu a comercialização dos alimentos dos grupos informais e mais frágeis, como os quilombolas e das organizações mais jovens.

Lideranças declaram que antes da existência da rede não havia muita forma de escoar a produção. A metodologia participativa é a base do processo de sua implementação, tanto para a identificação dos parceiros quanto para a posterior distribuição dos papéis.

O envolvimento dos beneficiários também aconteceu por meio da realização de palestras sobre aproveitamento dos alimentos, oficinas de artesanato, corte e costura, orientações para implantação de hortas comunitárias, além de catequese e celebração litúrgica. Ainda que de forma pouco intensa,

algumas comunidades ofereceram visitas às famílias, atendimento emergencial na área da saúde e distribuição de pães produzidos para as famílias com maior carência, além de cursos profissionalizantes de manicure, confeitiro, eletricitista e reforço escolar para as crianças.

**APESAR DO ÔNUS QUE ISSO REPRESENTOU PARA AS DUAS ORGANIZAÇÕES ÂNCORAS: A COOPAR E A UNAIIC, FOI A SUA PARTICIPAÇÃO, DE FORMA ESTRUTURADA FÍSICA E JURIDICAMENTE, QUE PERMITIU A COMERCIALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS DOS GRUPOS INFORMAIS E MAIS FRÁGEIS, COMO OS QUILOMBOLAS E DAS ORGANIZAÇÕES MAIS NOVAS.**

Um total de 800 famílias de produtores participou no primeiro ano. Indiretamente, o processo atendeu 3.600 famílias, associadas das organizações envolvidas, pelo reconhecimento do potencial produtivo, aumento do fluxo financeiro, abertura de novos canais de comercialização e fortalecimento das entidades.

No contexto da época de estruturação da Rede Solidária, o mercado institucional adquiria alimentos apenas dos grupos atacadistas. Com o PAA, este mercado passou a adquirir os produtos dos agricultores familiares e da produção local.



**UM TESTE PARA A  
SUSTENTABILIDADE**

## UM TESTE PARA A SUSTENTABILIDADE

*“O novo formato apresentou dificuldades iniciais, mas por outro lado trouxe benefícios no avanço da organização.”*

*Ernesto Martinez, técnico do CAPA  
responsável pela Rede Solidária*

Em 2005, a Rede de Comercialização Solidária passou por um teste decisivo. Com as eleições e a troca da administração municipal, houve uma quebra em termos logísticos e a central de alimentos da Prefeitura Municipal de Pelotas foi desestruturada.

A nova realidade exigiu uma ação rápida. Os membros que coordenam o processo reuniram-se para discutir sobre qual caminho seguir. Decidiram, juntos, que as organizações da agricultura familiar assumiriam o papel de distribuição dos alimentos diretamente para as comunidades urbanas. O CAPA continuaria fazendo o planejamento e as comunidades religiosas seguiriam a distribuir as sacolas, uma vez que as cooperativas têm limitações estruturais que impediam a entrega diretamente a cada uma das 30 comunidades urbanas beneficiárias.

O fator positivo do novo formato adotado foi o contato direto dos agricultores com os beneficiários. Juntos, conversando e trocando idéias, acabaram por estabelecer duas rotas, cada uma com 15 pontos estratégicos de entrega, que servem de locais de saída para os demais pontos. As entregas também são alternadas duas vezes por semana, um dia da semana para cada rota.

Os voluntários se comprometeram, neste novo cenário,



a buscar o volume de alimentos correspondente ao número de sacolas a serem entregues. Observa-se que este processo de redistribuição, na maioria das comunidades, é realizado por carroceiros da própria comunidade, que, em troca do transporte, recebem uma sacola de alimentos como forma de pagamento.

**O FATOR POSITIVO DO NOVO FORMATO ADOTADO FOI O CONTATO DIRETO DOS AGRICULTORES COM OS BENEFICIÁRIOS. OS AGRICULTORES, AO INTERAGIREM COM OS MORADORES DAS VILAS E DOS BAIRROS MAIS POBRES, PASSARAM A COMPREENDER SUA REALIDADE, CRIANDO VÍNCULOS DE SOLIDARIEDADE.**

A entrega realizada diretamente pelos agricultores e pescadores, dirigentes e lideranças rurais propiciou momentos de diálogo com as pessoas da periferia. Os agricultores, ao interagirem com os moradores das vilas e dos bairros mais pobres, passaram a compreender sua realidade, criando vínculos de solidariedade. Como relatou Jacira Porto, *“com a Rede Solidária, o pescador enxerga o agricultor e todos enxergam a vila e a vila sabe que tem pessoas no campo produzindo o alimento que chega até eles”*.

51

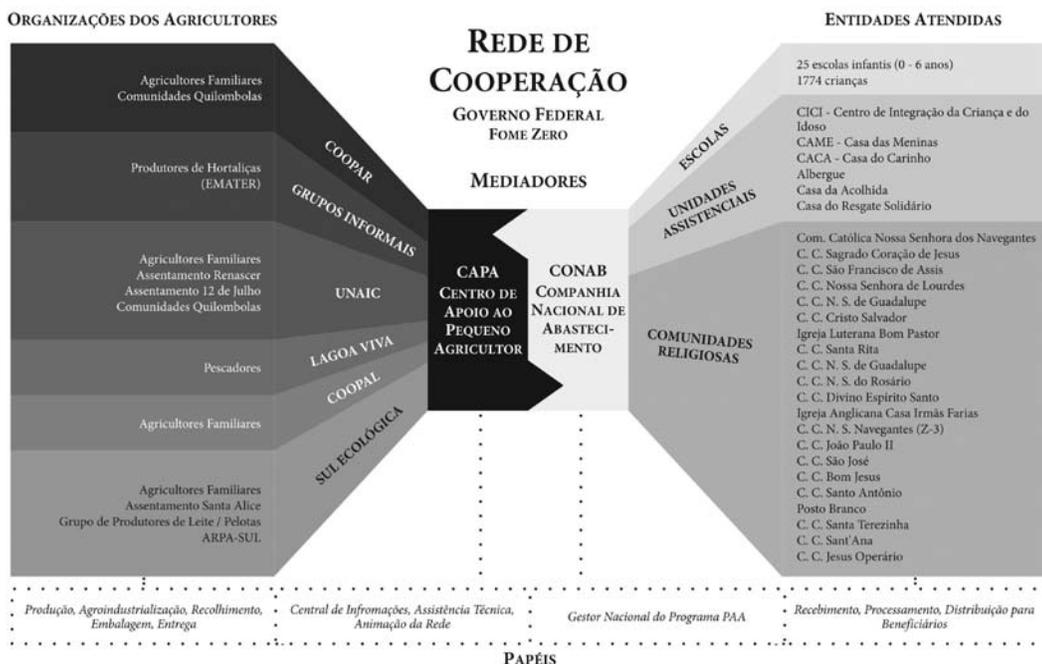
Aconteceu também uma aproximação maior com os consumidores urbanos, agilizando o processo de prestação de contas: já na distribuição é feita a conferência da quantidade e qualidade dos produtos, formalizando o processo através da assinatura do Termo de Recebimento e Aceitabilidade, documento formal exigido pela CONAB.

O credenciamento, o cadastramento e o recadastramento dos beneficiários passaram a ser feitos pelas próprias comunidades. Com a mudança da administração

municipal também foi interrompido o programa público que promovia ações de capacitação junto da questão da segurança alimentar.

O desenvolvimento deste programa de segurança alimentar se deu ao longo dos anos e para isso o CAPA contou com o apoio de entidades nacionais e internacionais: EED, ELCA, FLD e ISAEC, utilizando recursos para a organização e animação da rede. Em 2004, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, via Caixa Econômica Federal, firmou contrato com o CAPA e disponibilizou, através de recursos do Pronaf, recursos para o desenvolvimento de ações de capacitação para qualificação da Rede.

52





**O JEITO DE  
TRABALHAR DO  
CAPA E A REDE  
SOLIDÁRIA**

O JEITO DE TRABALHAR DO CAPA E A  
REDE SOLIDÁRIA

*“Temos as pessoas, temos a produção diversificada, o conhecimento e as organizações... estamos aptos, prontos para uma parceria com o Governo Federal para trabalhar em conjunto. De todos esses elementos que a gente cita, a rede começa grande porque pensava-se pegar duas a três cooperativas, formar uma rede para vender para o mercado em Porto Alegre, mercado maior. Mas, com essa possibilidade junto ao Programa do Governo Federal ela já nasce com 13 organizações.”*

*Rita Surita*

54

*“E o CAPA fez muito bem esse papel. A gente fica muito contente em ter tido essa oportunidade”.*

*Cléo de Aquino, ex-presidente da Unaic*

As ações do CAPA não se baseiam nos usuais padrões econômicos para o desenvolvimento e, sim, nas capacidades e potencialidades de microrregiões onde atua, em especial dos agricultores familiares, valorizando o conhecimento acumulado, a organização social e a riqueza natural. A opção de trabalhar de forma coordenada, solidária e participativa faz parte da dinâmica da organização e de seus parceiros. Foi o que deu base para a construção do projeto de comercialização, todo organizado através de reuniões, seminários e encontros com metodologia participativa, com as lideranças dos agricultores, pescadores e comunidades urbanas que discutem as ações e estabelecem os ajustes e as prioridades.

As ações vão desde a articulação das diversas



*A dinâmica de diálogo constante têm permitido diversos ajustes e decisões coletivas a respeito das mudanças no programa, realizadas a partir não só do exercício de planejamento da produção e transformação dos alimentos, como também do envolvimento de todos, desde as merendeiras, nutricionistas, agricultores e voluntários.*

cooperativas e grupos, planejando a logística de recolhimento e distribuição, a definição do padrão tecnológico e da produção de alimentos na lavoura baseado na agroecologia, a negociação coletiva dos preços e produtos até a distribuição dos alimentos e o pagamento dos agricultores.

O diferencial do processo é a valorização da diversidade e inclusão social do público beneficiário da agricultura familiar: pescadores, quilombolas, assentados de reforma agrária neste processo de compras. *“Os quilombolas, que antes não produziam praticamente nada, passaram a ter seu excedente comercializado (a partir de outro projeto atendido pelo CAPA, chamado Pequenos Agricultores Quilombolas), tanto na Unaic e Coopar como na Rede Solidária, gerando maior renda para as comunidades, maior consciência da sua cidadania e aumento na auto-estima”*, relatou o técnico do CAPA, Antônio Leonel Soares.

56

A complexidade de atores e a dinâmica de diálogo constante têm permitido diversos ajustes e decisões coletivas a respeito das mudanças no programa, realizadas a partir não só do exercício de planejamento da produção e transformação dos alimentos, como também do envolvimento e comprometimento de todos, desde as merendeiras, nutricionistas, agricultores, voluntários e outros participantes.

No processo de gestão, destacam-se diferentes formas de organização dos voluntários, considerando também que as pessoas que trabalham espontaneamente possuem outras atividades em seu cotidiano.



**RESULTADOS E  
DESAFIOS DO  
PROJETO EM REDE**

## RESULTADOS E DESAFIOS DO PROJETO EM REDE

As potencialidades locais, aliadas a políticas públicas de apoio aos agricultores, assentados de reforma agrária, pescadores artesanais e quilombolas, propostas pelo Governo Federal e promovidas pelo CAPA em prol das organizações da agricultura familiar, têm proporcionado resultados econômicos e melhoria de qualidade de vida dos envolvidos.

**AO PARTICIPAREM DO PROCESSO, AS PESSOAS  
PASSARAM A TOMAR CONHECIMENTO SOBRE A  
RESPONSABILIDADE DOS PRODUTORES RURAIS,  
DAS ENTIDADES SOCIAIS E A FUNÇÃO DOS  
GESTORES PÚBLICOS COM SUAS TAREFAS E  
LIMITAÇÕES.**

58

### IMPACTOS

- Só na cidade de Pelotas, distribuição de alimentos (70% orgânicos) a mais de 2.600 famílias abaixo da linha da pobreza.
- A Rede Solidária proporcionou também muitas vantagens aos produtores rurais como garantia de mercado, preço justo e pagamento garantido.
- No primeiro ano, foram comercializados 1.550.000 kg de alimentos, no valor de R\$ 2.067.770,00 (dois milhões, sessenta e sete mil, setecentos e setenta reais). No segundo ano, foram distribuídos 1.850.000 kg, representando R\$ 2.420.000,00 (dois milhões, quatrocentos e vinte mil reais).
- Foram destinados R\$ 4.487.770,00 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, setecentos e setenta reais)

para as organizações da agricultura familiar, beneficiando diretamente 800 famílias e indiretamente em torno de 6 mil famílias no meio rural de nove municípios da Região Sul do RS, em dois anos.

- A agricultura familiar se estrutura e passa a vender por preço justo e o agricultor pode plantar porque o mercado já está garantido. Além disso, são distribuídos alimentos de boa qualidade à população em situação de risco.
- Assinala-se um impacto local significativo relativo à dinamização econômica, resultado do aporte de recursos nos municípios pela compra da produção familiar, proporcionando movimentação financeira, resgate das dívidas, incremento das compras no comércio, reinvestimento nos estabelecimentos rurais e geração de renda para administração municipal (ICMS).

59

**HÁ AVANÇOS SIGNIFICATIVOS NO SENTIDO DE REUNIR OS PRODUTORES PARA O DEBATE, POLITIZANDO OS ENVOLVIDOS. NESTA DINÂMICA COMEÇAM A SE APROPRIAR DE TODAS AS FASES DA CADEIA PRODUTIVA. ESTE CONHECIMENTO REPRESENTA UMA NOVA TOMADA DE CONSCIÊNCIA E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR.**

- A rede organiza uma forma de cooperação institucional entre as entidades produtoras, promovendo a atuação conjunta na base da cooperação e da divisão de responsabilidades no atendimento de demandas econômicas e sociais, rompendo a subordinação aos atravessadores. Destaca-se o caso dos pescadores artesanais e das comunidades quilombolas.
- O impacto da gestão do programa sendo feito pelas

organizações gerou seu crescimento e consolidação. Foi promovido na rede, a partir do trabalho de capacitação do CAPA, um processo de conscientização, educação e organização permanente para uma nova perspectiva de produção e comercialização.

- Ao participarem do processo, as pessoas passaram a tomar conhecimento sobre a responsabilidade dos produtores rurais, das entidades sociais e a função dos gestores públicos com suas tarefas e limitações. Tal compreensão tem elevado o nível cultural e de apropriação da realidade dos agricultores, fomentando um ambiente positivo, aberto para a cooperação e solidariedade comunitária, tão necessária à implementação de outros projetos sociais.
- A assistência técnica prestada pelo CAPA não só organiza o processo produtivo, mas também orienta sobre o funcionamento do mercado. Registra-se que há avanços significativos no sentido de reunir os produtores para o debate, politizando os envolvidos. Nesta dinâmica começam a se apropriar de todas as fases da cadeia produtiva. Este conhecimento representa uma nova tomada de consciência e valorização do trabalho familiar, elevando sua auto-estima.
- Além da ampliação da comercialização dos produtos da agricultura familiar para o PAA, ocorreu a abertura de novos espaços no mercado convencional, fortalecendo a diversificação produtiva nos estabelecimentos rurais.
- A valorização da produção diversificada de alimentos, agregando novos ingressos, animou a ampliação das áreas de plantio. Esta diversificação incorporou maior força de

trabalho nos estabelecimentos rurais familiares.

- O processo de comercialização trouxe maior visibilidade, com a valorização de produtos da biodiversidade economicamente viáveis – que estavam em segundo plano nos estabelecimentos rurais por falta de mercado.
- São introduzidas novas tecnologias para a produção orgânica de alimentos. O PAA contribuiu para o processo por ter proporcionado 30% de incremento no preço destes produtos e o pagamento de preço diferenciado tem sido utilizada como estratégia de promoção da agroecologia, na perspectiva de atingir o desenvolvimento sustentável.
- A compra e a doação de alimentos orgânicos às comunidades urbanas em situação de risco quebra a lógica de elitização da aquisição destes produtos.
- A introdução de alimentos orgânicos na merenda escolar e nas sacolas distribuídas na periferia, ao mesmo tempo em que promove um processo pedagógico, trabalhando a educação alimentar, conquista novos consumidores.

Outro resultado positivo é a continuidade dada ao perfil de produção de alimentos na região em contraposição à cultura do tabaco. O gerente da Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda., Ivo Scheunemann, confirma essa idéia: *“Na cooperativa temos famílias que eram produtores de tabaco e que hoje não estão plantando mais. Realmente acreditaram no trabalho da cooperativa, acreditaram no programa e estão apostando em deixar de produzir fumo para produzir alimentos sem agrotóxicos. Estima-se que 10% dos*

*agricultores que plantavam tabaco abandonaram a atividade e estão se dedicando à produção ecológica de alimentos. Isso é mais uma vantagem para o agricultor, ele gosta... têm muitos que gostam de produzir sem veneno. Tem agricultores na Glória que saíram do fumo e estão entrando na produção ecológica”.*

## DESAFIOS

Sobre os desafios, destaca-se inicialmente a organização deficiente da produção, superada com o diálogo e planejamento, para a configuração do fluxo de alimentos oriundos de nove municípios da região. Além disso, a grande tarefa inicial foi transformar uma produção solta e “espalhada” em um programa conjunto. Um desafio permanente é manter a escala e a regularidade de produção de alimentos para atender as famílias cadastradas para receberem os alimentos, o que tem sido superado através da assistência técnica.

Para o CAPA, na qualidade de unidade gestora da rede, o maior problema enfrentado é o efeito das variações climáticas que resultaram em severas estiagens nos últimos anos, dificultando a produção de alimentos. Para minimizar o problema, a organização tem procurado formas de superação, entre as quais a assistência técnica, com orientações práticas da agroecologia, tais como técnicas para conservação do solo e proteção das fontes de água. *“Esta é uma ação local para enfrentamento da seca, porém o problema é geral e global, permanece e é constante, sendo necessárias ações globais e coordenadas”*, afirmou a coordenadora Rita Surita.

- Houve dificuldades operacionais decorrentes da execução administrativa e do fluxo financeiro, considerando a

complexidade do trabalho e do envolvimento de diversos atores. Para tanto, racionalizou-se a gestão administrativa das organizações envolvidas, principalmente da Coopar que assumiu o encargo de representar outros grupos. Foi preciso desenvolver um conjunto de novas rotinas e ampliação do quadro de funcionários para acompanhamento do processo de entregas, registro contábil-financeiro e prestação de contas.

**UM DESAFIO CONSTANTE É MANTER A  
ESCALA E A REGULARIDADE DE PRODUÇÃO  
DE ALIMENTOS PARA ATENDER AS FAMÍLIAS  
CADASTRADAS PARA RECEBEREM OS  
ALIMENTOS, O QUE TEM SIDO SUPERADO  
ATRAVÉS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E  
PLANEJAMENTO.**

63

- Junto às comunidades urbanas que promovem a distribuição de sacolas, a dificuldade enfrentada inicialmente foi a carência de meios materiais, superada pela grande receptividade das organizações religiosas e pelo trabalho voluntário.
- O voluntariado destacou-se como a forma encontrada para executar o trabalho nas comunidades urbanas beneficiárias, considerando o número expressivo de pessoas envolvidas e de horas dedicadas e a inexistência de recursos materiais e financeiros para remunerar as atividades de recepção dos alimentos, organização, preparação e distribuição das sacolas, sem levar em conta o tempo dedicado às atividades de acompanhamento das famílias e formação cidadã realizada pelos voluntários.
- No processo de gestão, a utilização de metodologias participativas tem transformado os participantes em

protagonistas do processo.

- A solidariedade entre as organizações permitiu a viabilização dos grupos mais frágeis sem que os mesmos perdessem sua identidade, como o caso das comunidades quilombolas, que se integram, mas não se perdem no meio das estruturas maiores, conservando suas identidades culturais e produtivas.

**O MAIOR PROBLEMA AINDA SÃO AS  
RECENTES E SEVERAS VARIAÇÕES  
CLIMÁTICAS, QUE DIFICULTAM A PRODUÇÃO  
CONFORME O PLANEJADO.**

No que se refere à sustentabilidade institucional da Rede Solidária havia, na sua implementação, uma preocupação em relação ao grau de dependência das organizações da agricultura familiar ao Programa de Aquisição de Alimentos. Hoje, com o reconhecimento da qualidade dos produtos da agricultura familiar no mercado, abriram-se outros canais de comercialização.

As organizações de produtores, além das vendas institucionais, passaram a ter inserção, em intensidades variadas, no mercado convencional, principalmente por oferecerem produtos diferenciados. Aos poucos, foram elaborando e executando outros projetos:

- A Coopar, através do convênio com a CONAB/MAPA possibilitou a ampliação da produção e das vendas. Para atender as demandas, a cooperativa ampliou a estrutura física, adquirindo novos empacotadores de feijão-preto (ecológico e convencional) e de arroz ecológico. Está comercializando batata inglesa ecológica para mercados em São Paulo (SP) e feijão-preto ecológico para redes de

hipermercados em Porto Alegre (RS).

- A Unaic passou a ser referência regional na comercialização de grãos, principalmente de feijão. Antes do PAA, as vendas eram limitadas; hoje, em Canguçu (RS), a organização aumentou consideravelmente a comercialização de arroz, feijão, milho e farinha. A partir do PAA, ampliou o empacotamento de feijão e iniciou o de arroz e farinha, aumentando a diversidade de produtos embalados e as vendas para o mercado convencional.
- A Cooperativa Sul Ecológica passou a abastecer pequenos restaurantes de Pelotas, participa de feiras livres e possui um ponto de venda permanente no centro da cidade. Gradativamente, vem estabelecendo vínculos com supermercados para colocação de seus produtos.
- A Cooperativa Lagoa Viva está comercializando tainha, corvina e carne de siri para empresas de Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande. Desenvolve também projetos de artesanato, turismo e educação ambiental.

65

**A REDE DE COOPERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO  
SOLIDÁRIA SE ESTRUTUROU PARA ATUAR  
NO MERCADO E HOJE SE CHAMA REDE  
DE COMERCIALIZAÇÃO VIDA A GRANEL  
- PRODUTOS ORGÂNICOS E COLONIAIS E O  
DESAFIO PERMANENTE É ABRIR E MANTER  
NOVOS MERCADOS.**

Há clareza por parte das organizações da agricultura familiar que a rede deve se tornar independente dos recursos financeiros aportados pelo Programa de Aquisição de Alimentos. As lideranças reconhecem o papel do PAA, de estimular o processo de comercialização, mas quando este

se extinguir junto às organizações conveniadas, “*é preciso caminhar com as próprias pernas*”, conforme disse o gerente comercial da Cooper, Amilton StreLOW. Ao mesmo tempo, há um entendimento comum de que é preciso assegurar uma política pública como esta para aumentar a promoção da agricultura familiar baseada na produção de alimentos orgânicos, sustentável economicamente.

Na periferia da cidade, as famílias que recebem sacolas também participam de cursos de formação para o trabalho e orientações básicas de saúde, educação e cidadania, ministrados por membros das próprias comunidades, envolvendo apenas recursos humanos, independente de programas sociais.

66

**É PRECISO PROPOR E REALIZAR FORMAS  
DE INCLUSÃO ATRAVÉS DA SEGURANÇA  
ALIMENTAR, EDUCAÇÃO ACESSÍVEL A TODAS  
AS CRIANÇAS E JOVENS E GERAÇÃO DE  
TRABALHO E RENDA PARA QUE A AÇÃO JUNTO  
AO PÚBLICO URBANO GERE PROCESSOS DE  
AUTONOMIA E SUSTENTABILIDADE.**



**QUEM É O CAPA  
E QUEM SÃO SEUS  
PARCEIROS?**

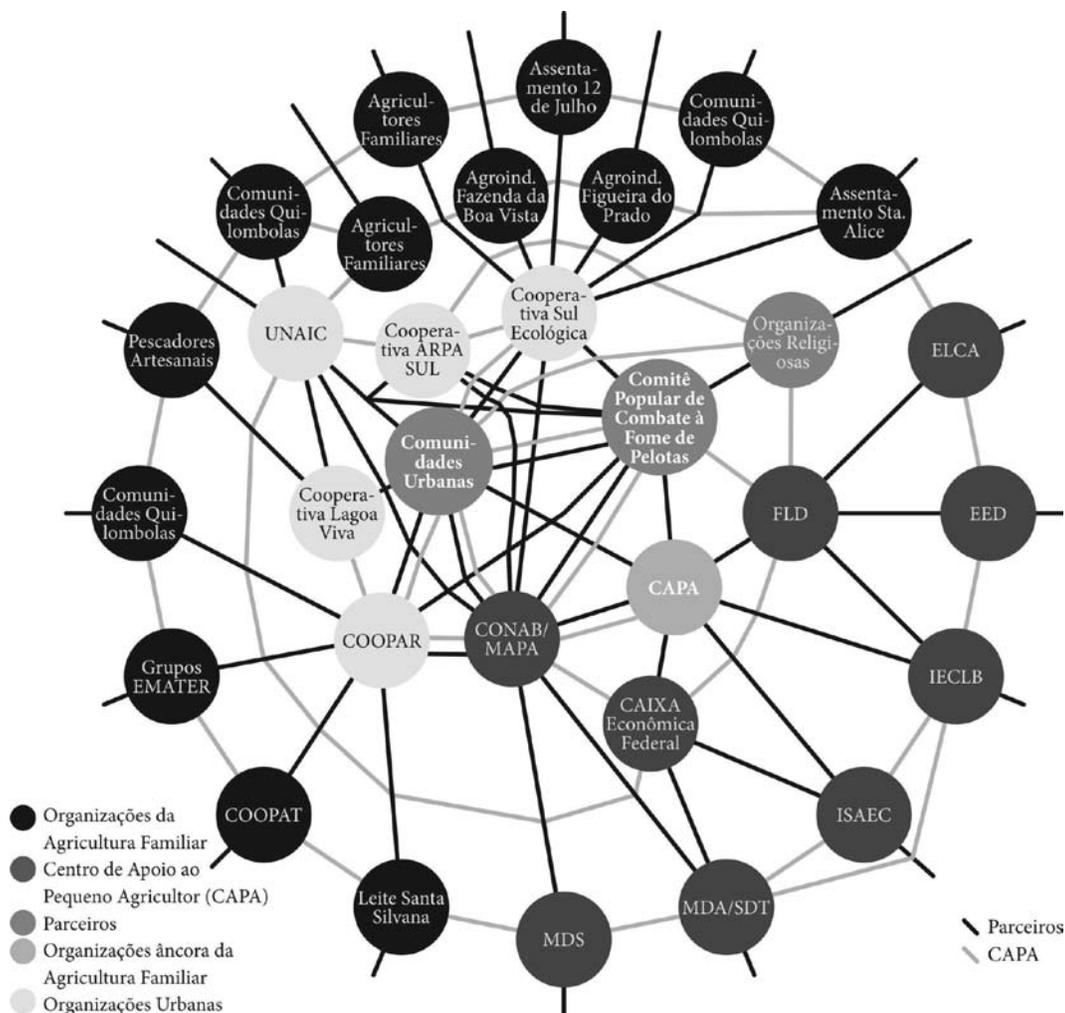
## QUEM É O CAPA E QUEM SÃO SEUS PARCEIROS?

O CAPA é uma organização não-governamental criada em 1978 como um serviço da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), cujo compromisso é de se colocar à disposição dos agricultores familiares para, em conjunto com eles, com base nos princípios da agroecologia, do etnodesenvolvimento e da cooperação, desenvolver experiências de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização, de formação e capacitação e de saúde comunitária, como referência de que o meio rural pode ser um espaço de vida saudável e realização econômica para todos.

68

O conceito de etnosustentabilidade (desenvolvimento etnosustentável) foi adotado mais recentemente. Compreende que cada comunidade tem um perfil específico e deve ser valorizada como verdadeira protagonista na construção de modelos de desenvolvimento alternativos. A diversidade – não apenas biológica, mas também cultural, étnica e religiosa – é decisiva para a manutenção da vida. Sem diversidade é impossível construir independência e autonomia, considerando-se que a diversidade não se limita a questões técnicas e biológicas, mas abrange especialmente as características próprias das diferentes etnias. Significa levar em conta a maneira com a qual as comunidades lidam com a realidade: sua língua, suas histórias, sua religiosidade, crenças, tecnologia, relações de poder, entre outros.

Faz parte do trabalho do CAPA apoiar a implementação das políticas públicas de desenvolvimento da agricultura



REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ARQUITETURA INSTITUCIONAL DA  
**REDE SOLIDÁRIA**

familiar. Sua visão transcende o meio rural uma vez que busca construir também novas relações com as pessoas do meio urbano que vai muito além de fornecedores e consumidores, onde se estabelecem ligações de confiabilidade e de cooperação em busca de benefícios mútuos. Tem-se em comum a construção de uma sociedade mais justa e solidária, com a preservação do ambiente em que vivemos.

O CAPA também funciona em rede, com cinco núcleos de atuação: Erechim, Pelotas e Santa Cruz do Sul, atendendo o Rio Grande do Sul e Santa Catarina; e Marechal Cândido Rondon e Verê, no Paraná. A Rede Solidária foi criada pelo CAPA Pelotas.

Entre as parcerias, destacam-se os convênios internacionais com a *Evangelischer Entwicklungsdienst* (EED/Alemanha) e a *Evangelical Lutheran Church in America* (ELCA/Estados Unidos), mediados pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD/Brasil).

Tais convênios é que têm proporcionado o aporte de recursos para viabilizar a estrutura, o trabalho de organização social e assistência técnica aos grupos atendidos ao longo da história do CAPA, resultando na possibilidade de formação da Rede Solidária, declarado pela coordenação: “*o trabalho de mediação que o CAPA faz na parte da comercialização como também na organização da produção para rede é financiada por este parceiro da Alemanha: a EED.*”

A Fundação Luterana de Diaconia cumpre, desde o ano 2000, quando foi criada, a função de acompanhar e apoiar o programa de agricultura familiar implementado pelo CAPA, dando garantia institucional de que os projetos são supervisionados e que será prestado contas aos doadores. Juridicamente, a execução financeiro-administrativa dos recursos disponibilizados ao CAPA é realizada pela Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura (ISAEC).

Com relação às parcerias públicas, nota-se que desde o ano 2000 o CAPA vem ampliando acordos de cooperação nas esferas governamentais, seja no âmbito federal, estadual

6, 27 de j  
Pelotas · R  
dade Recreativa 15 de  
da Fernando Osório,



*A diversidade  
– não apenas  
biológica, mas  
também cultural,  
étnica e religiosa  
– é decisiva para  
a manutenção  
da vida. Sem  
diversidade  
é impossível  
construir  
independência e  
autonomia, cada  
comunidade  
tem um perfil  
específico e deve  
ser valorizada  
como verdadeira  
protagonista  
na construção  
de modelos de  
desenvolvimento  
alternativos.*

ou municipal.

Em termos federais, destaca-se a parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, que, via Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), estabeleceu convênio com o CAPA Pelotas para qualificação da ação da Rede Solidária. A Caixa Econômica Federal, como financiadora e responsável pelo repasse de recursos do MDA, apresenta-se como outro parceiro representativo para o processo. A expressividade alcançada fez com que a Superintendência Regional Extremo Sul inscrevesse o projeto no Programa CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local edição 2005/2006, obtendo destaque nacional e internacional ao receber o prêmio do programa em referência.

72

As parcerias estabelecidas e bem sucedidas fizeram com que a Rede de Comercialização abrisse um espaço de relacionamento institucional entre as organizações da agricultura familiar e a CONAB/MAPA, credenciando as mesmas para participar de outros programas de compras institucionais como o Programa de Formação de Estoques.



**L I D E R A N Ç A S   E  
F O R T A L E C I M E N T O  
D A   C O M U N I D A D E**

## LIDERANÇAS E FORTALECIMENTO DA COMUNIDADE

O papel de liderança institucional, exercido inicialmente pelo CAPA, Coopar e Unaic, gerou a possibilidade de inclusão de outros grupos, fortalecendo internamente estas instituições e promovendo conjuntamente as demais organizações (Cooperativa Lagoa Viva de Pescadores Profissionais Artesanais Ltda, Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda, Cooperativa de Pequenos Agricultores Produtores de Leite da Região Sul Ltda e Cooperativa Arpa-Sul).

74

Já no segundo ano, essas organizações conseguem firmar contratos individuais com o Governo Federal, negociando preços, organizando a produção e as entregas com autonomia.

O programa, proporcionando mercado seguro, tonificou as organizações, fortalecendo diretamente as lideranças e, conseqüentemente, a comunidade rural envolvida. No que se refere a impactos em termos de comunidade, a estrutura organizacional das cooperativas, especialmente o caso da Coopar com 2.300 associados atualmente, gera uma dinamização local pelo fato deste expressivo contingente populacional do município de São Lourenço do Sul que tem acesso a outros benefícios que não só da comercialização, mas principalmente a outras políticas voltadas ao desenvolvimento das comunidades.

A participação dos associados nas reuniões das cooperativas gera um processo social educativo que conscientiza os

agricultores e pescadores sobre a estrutura e funcionamento da rede.

No âmbito das organizações da agricultura familiar houve um aumento significativo do corpo de associados com maior participação nas decisões coletivas. O caso da Cooperativa Lagoa Viva de Pescadores Profissionais Artesanais é exemplar: considerada a organização mais jovem da rede, constituída em julho de 2003 com 31 associados, tem hoje mais de 310 associados.

O resultado deste fortalecimento gerou, em 2005, possibilidades de constituição de outro conjunto: a Rede Regional de Comercialização do Pescado no Sul do RS, onde a exemplo da Rede Solidária, as organizações mais estruturadas, no caso a Cooperativa Lagoa Viva, com apoio do CAPA, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) e Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do MDA, possibilitou a comercialização do pescado de outras associações e cooperativas mais frágeis. Participam desta iniciativa dez organizações da pesca artesanal da Região Sul do Rio Grande do Sul. Este processo possibilitou que, a partir de 2007 a rede de pescadores, adquirisse dinâmica própria e autonomia operando a partir da cooperativa Lagoa Viva.

A vida social e comunitária estimulada pela Rede Solidária, por meio da realização de eventos periódicos, tem fortalecido a comunidade em geral em torno da discussão e implementação de políticas de produção agrícola e segurança alimentar. Observa-se que nas comunidades quilombolas há um trabalho de organização social, em vias de constituição de associações, fruto do fortalecimento interno e do

reconhecimento social como agentes de desenvolvimento.

No meio urbano, a dinâmica e o convívio social estimulado pela distribuição de alimentos têm fortalecido as organizações religiosas e a comunidade local. A constituição do Comitê de Combate à Fome de Pelotas torna-se um veículo de comunicação e integração entre o campo e a cidade, constituindo-se num organismo representativo de lideranças e inserção da comunidade, estimulando a cidadania e a participação popular.

**A UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS, ENVOLVENDO DE FORMA ATIVA OS PARTICIPANTES DO PROJETO, TORNANDO-OS PROTAGONISTAS DO PROCESSO, CONTRIBUIU PARA O FORTALECIMENTO DA COMUNIDADE E O ESTABELECIMENTO DE OUTRAS RELAÇÕES ENTRE A POPULAÇÃO E OS GOVERNOS.**



**GÊNERO E  
INCLUSÃO SOCIAL**

*Através da Rede Solidária, dentro da proposta de acolher e prestar apoio às diferentes categorias incluiu pequenos produtores que tiveram a oportunidade de comercializar a produção e o excedente, como o caso do feijão preto.*

78 *A valorização da produção diversificada de alimentos permitiu comercializar a preço justo produtos que o mercado convencional não absorvia, como a batata-doce, por exemplo. Além disso, ao se integrarem à rede, os agricultores tiveram acesso a sementes e outros insumos para pagarem com o produto da safra.*



## GÊNERO E INCLUSÃO SOCIAL

A Rede Solidária tem uma ligação direta com as questões de gênero, por dois ângulos: no campo, a diversidade de produtos fornecidos insere e valoriza as atividades desenvolvidas pelas mulheres, como a produção de hortaliças e de leite; na cidade, a possibilidade de desenvolver um programa de segurança alimentar de acordo com a preocupação das mulheres lideranças leva em consideração as iniciativas e esforços anteriores, valoriza o trabalho, potencializando a ação (voluntárias e lideranças das comunidades já haviam, em momentos anteriores, realizado campanhas para arrecadação de alimentos, preocupadas com a situação de risco alimentar da população do bairro).

79

**AS MULHERES CONTRIBUÍRAM FORTEMENTE  
PARA A MATERIALIZAÇÃO DA AÇÃO, TANTO  
NO MEIO RURAL – PELA GARANTIA DA  
PRODUÇÃO, QUANTO NA CIDADE – PELO  
COMPROMETIMENTO E DISPOSIÇÃO PARA O  
TRABALHO VOLUNTÁRIO.**

É possível dizer que as mulheres são a grande força da rede. São elas que contribuíram fortemente para a materialização da ação, tanto no meio rural – pela garantia da produção, quanto na cidade – pelo comprometimento e disposição para o trabalho voluntário. Neste sentido, as atividades desenvolvidas têm gerado uma revitalização das mulheres no contexto social.

No campo, além das atividades já mencionadas, destaca-se o trabalho desenvolvido junto às agroindústrias, a partir do foco do trabalho da mulher em aproveitar todo o conhecimento por elas acumulado em aproveitamento e

processamento dos alimentos. Na rede, as duas agroindústrias que fornecem os sucos e doces são administradas por mulheres.

Quanto ao público envolvido, cabe destacar o trabalho de inclusão social realizado junto aos quilombolas, assentados de reforma agrária e pescadores artesanais. Além destes públicos, a prática proporcionou a inclusão significativa de agricultores familiares vivendo em situação de pobreza e isolamento geográfico, que não se relacionavam com as organizações já constituídas.

80 As lideranças das organizações religiosas tinham uma ação limitada, promovidas geralmente com recursos próprios ou através de campanhas de arrecadação/doação de alimentos junto à comunidade em geral ou a empresas. Apesar dos esforços, estas ações beneficiavam no máximo entre 10 a 15 famílias. A rede aumentou enormemente o alcance destas ações, além de garantir regularidade e manutenção no fornecimento dos alimentos, incluindo no programa principalmente crianças, jovens, profissionais do sexo, casais desempregados com vários filhos, número expressivo de mães solteiras e idosos.

A demanda por diversos produtos e em quantidade, tanto para o PAA quanto para a merenda das escolas, gera diversidade de produtores, oportunizando a inserção de grupos mais frágeis, pois a estrutura viabiliza a absorção.



**O CASO ESPECIAL  
DOS QUILOMBOLAS**





*A inclusão de comunidades quilombolas como produtoras de alimentos demonstra como pequenas ações de associativismo e cooperação podem alterar a realidade de populações que dependem da venda de seus excedentes para sua permanência no campo, possibilitando a sua autonomia e o incentivo à produção.*

## O CASO ESPECIAL DOS QUILOMBOLAS

*“Para eles, a oportunidade do Programa se encaixou como uma luva.”*

*Cléo de Aquino, ex-presidente da Unaic*

Com relação às comunidades quilombolas, tradicionalmente conhecidas no município de Canguçu como produtoras de feijão-preto, tinham sérios problemas com os fornecedores de sementes e os compradores da região. No tocante à comercialização, enquanto o comércio em geral estipulava o valor de R\$ 75,00/saco, os comerciantes inseridos nas comunidades quilombolas deste município pagavam apenas R\$ 60,00/saco.

84

Ao se inserirem na rede, os quilombolas tiveram o potencial e a qualidade da produção reconhecida e pagamento justo, equivalente com o preço de mercado. Paralelo à comercialização do feijão o CAPA desenvolveu ações voltadas à segurança alimentar e sustentabilidade econômica e ambiental das famílias quilombolas, estimulando-se a produção própria de sementes – não só de feijão, mas também de milho crioulo.

Outra ação inédita foi o acompanhamento técnico para a implantação de hortas e pomares. Foram distribuídas sementes de hortaliças (abóbora, alface, beterraba, cenoura, couve, melancia) e mudas de frutíferas provendo a variedade necessária para produzirem seus alimentos, voltadas à diminuição da dependência ao mercado externo.

Nesta nova perspectiva, os quilombolas receberam orientação alimentar de técnicas do CAPA, ensinando-os como realizar o preparo de cardápios nutritivos e saborosos uti-

lizando os alimentos oriundos de sua horta, além de serem preparados também a fazer melhor uso das ervas medicinais, com formação para farmácia caseira.

Com relação à inclusão das comunidades quilombolas na rede, embora as organizações mais próximas sentissem no início da prática a existência de dificuldades e resistência para integrar esta categoria social no contexto socioeconômico da região, pode-se enumerar avanços obtidos em virtude das ações realizadas. A Rede também proporcionou uma motivação especial aos jovens quilombolas de aderirem ao projeto.

Hoje, 80% das famílias quilombolas ligadas à rede têm a sua horta, produzindo uma grande quantidade de alimentos para subsistência, inclusive com participação em outros programas, oferecendo hortaliças orgânicas para a merenda escolar ecológica do município de São Lourenço do Sul.

Além disso, são realizadas oficinas de capacitação em artesanato, ações de esporte, cultura e lazer, a partir da valorização da cultura afro. O CAPA tem desenvolvido estas ações com o apoio da ELCA, em parceria com o Programa de Promoção de Igualdade, Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) do MDA.

Em termos de resultado, verifica-se no relato das lideranças e voluntários, que nas comunidades urbanas, com a inclusão de famílias antes marginalizadas e pela melhoria da qualidade da alimentação houve diminuição dos índices de anemia e desnutrição nas crianças.



QUAIS OS MARCOS  
DA REDE SOLIDÁRIA  
EM TERMOS DE  
INOVAÇÕES?

## QUAIS OS MARCOS DA REDE SOLIDÁRIA EM TERMOS DE INOVAÇÕES?

O programa é inovador no sentido de ter encontrado alternativas locais para o enfrentamento da fome, reconhecendo e valorizando as potencialidades da agricultura familiar da região, ampliando a produção ecológica e integrando comunidades historicamente marginalizadas dos processos de desenvolvimento: quilombolas, assentados de reforma agrária e pescadores artesanais.

Outro aspecto inovador foi a inclusão do critério de qualidade nutricional, possibilitando o acesso a alimentos de valor nutritivo superior pela população em situação de carência socioeconômica ao priorizar a comercialização de produtos que tenham como base a agroecologia.

A inovação no contexto está presente na valorização da biodiversidade, na utilização de sementes crioulas, na produção ecológica, no estabelecimento de agroindústrias familiares, na valorização da diversidade étnica e cultural e na formação de organizações locais.

**O PROGRAMA É INOVADOR NO SENTIDO DE TER ENCONTRADO ALTERNATIVAS LOCAIS PARA O ENFRENTAMENTO DA FOME, RECONHECENDO E VALORIZANDO AS POTENCIALIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECOLÓGICA DA REGIÃO.**

Outro aspecto a ser salientado é o método de trabalho que, apesar da não disponibilidade de recursos financeiros, não se restringe à simples distribuição de alimentos às comunidades.

Distingue-se de outras iniciativas de cunho assistencialista porque valoriza o trabalho a partir das organizações da sociedade civil e propicia condições de que as pessoas e organizações expressem seu potencial de solidariedade.

**APESAR DA NÃO DISPONIBILIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS, AS AÇÕES CONTEMPLARAM TAMBÉM A FORMAÇÃO CIDADÃ, NÃO SE RESTRINGINDO À SIMPLES DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS ÀS COMUNIDADES.**

O trabalho em forma de rede também é uma inovação no contexto regional, o que trouxe resultados significativos, entre eles:

- 88
- Ampliação da produção ecológica e aumento da renda dos produtores rurais (agricultores e pescadores).
  - Fortalecimento das organizações da agricultura familiar.
  - Inclusão de quilombolas e pescadores artesanais da região como protagonistas, produzindo alimentos, elevando a auto-estima e aumentando em até 70% a sua produção e 50% a renda.



**OS PESCADORES  
ARTESANAIS**

## OS PESCADORES ARTESANAIS

90

O caso dos pescadores artesanais da colônia Z-3 de Pelotas também merece destaque. Historicamente submetidos aos atravessadores, viviam em condições de dependência e subordinação comercial. A rede inovou ao possibilitar a comercialização direta, melhores preços e estruturas físicas a partir do apoio da administração pública municipal (gestão 2001-2004) e do Governo Federal, através da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca – SEAP/PR e do MDA (caminhão, construção de fábrica de gelo e agroindústria de beneficiamento do pescado, estruturas para feiras livres, participação do programa de subvenção ao óleo diesel da Petrobrás), reiterado pela fala do ex-presidente da Cooperativa Lagoa Viva de Pescadores Profissionais Artesanais, Everaldo Motta: *“Por meio do PAA e com as estruturas começamos a trabalhar através da Rede. No início atendemos com 24 mil kg de peixe (jundiá em postas), onde o pescador recebeu R\$1,40/kg, enquanto que antes o atravessador oferecia somente R\$0,70.”*

**AO SE FORMAREM OUTRAS REDES, COMO A REDE DE COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO, VERIFICA-SE QUE O MODELO FUNCIONA.**

Os dados apresentados pelo presidente da cooperativa confirmam as mudanças no processo de comercialização. Enquanto o atravessador pagava R\$ 0,30 o quilo de siri, R\$ 0,70 pelo quilo da corvina e R\$ 0,90 o quilo da tainha, a cooperativa comercializou o siri a R\$ 0,80/kg, a corvina por R\$ 1,00/kg e a tainha a R\$ 1,10/kg\*.

Já o caso do linguado, considerado uma espécie nobre, enquanto o intermediário pagava R\$ 2,50/kg a cooperativa

\*Os preços do exemplo do pescado são de 2006.



## MEDIADORES DA REDE

CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor  
BRASIL - um país de todos - Governo Federal  
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da  
Presidência da República

CONAB - Companhia Nacional de  
Abastecimento  
Ministério da Agricultura, Pecuária e  
Abastecimento

## OUTRAS ENTIDADES PARCEIRAS

Ministério do  
Desenvolvimento Agrário  
(MDA); Movimento dos  
Pescadores Profissionais Artesanais  
(MPPA); Pastoral do Pescador;  
Sindicato dos Pescadores de Pelotas;  
Colônia de Pescadores de Jaguarão;  
Colônia de Pescadores de Santa Vitória do  
Palmar; FURG; NUDESE e Programa Costa  
Sul; Núcleo de Estudos e Monitoramento  
Ambiental (NEMA); IBAMA; EMATER;  
Perecituras de Santa Vitória do Palmar, São  
Lourenço do Sul e São José do Norte.

## OUTROS DADOS DA REDE

*Comercialização de Camarão:* 20 ton de  
camarão - 100 famílias de pescadores - RS 140  
mil.

*Comercialização de Linguado:* 54 ton de  
linguado - 16 famílias de pescadores - RS 40  
mil.

*Comercialização de Siri-azul:* 100 ton de  
siri-azul para exportação - 100 famílias  
de pescadores.

*Comercialização direta de pescado  
com as indústrias abertura de  
novos mercados: feiras e  
supermercados.*

# REDE REGIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PESCADO NO SUL DO RS

## ORGANIZAÇÕES DOS PESCADORES

Associação de Pescadores de Santa Vitória do Palmar; Cooperativa  
dos Pescadores Profissionais Artesanais Lagoa Viva; Associação de  
Pescadores do Hermenegildo; COOPANORTE - Cooperativa dos  
Pescadores Artesanais do Norte; Centro Comunitário de  
Pescadores e Agricultores da Localidade da Várzea; APEVA -  
Associação de Pescadores da Vila Anselmi; APESMI - Associação  
de Pescadores da Vila São Miguel; COOPESCA - Cooperativa dos  
Pescadores Profissionais Artesanais Pérola da Lagoa;  
Grupo de Pescadores da Coréia - Ilha dos  
Marinheiros; Associação dos Pescadores  
do Parque Coelho.

## RESULTADOS

**PROJETO SANTA VITÓRIA  
DO PALMAR** *Volume de  
pescado:* 33 ton - RS 97 mil;  
*Famílias de pescadores:* 39;  
*Pessoas carentes:* 1.500; *Nº de  
entidades:* 16.

**PROJETO RIO GRANDE** *Volume de  
pescado:* 27 ton - RS 60 mil; *Famílias  
de pescadores:* 25; *Pessoas carentes:*  
2.500; *Nº de entidades:* 8.

**PROJETO SÃO JOSÉ DO NORTE** *Volume  
de pescado:* 27 ton - RS 55 mil; *Famílias  
de pescadores:* 23; *Pessoas carentes:*  
2.500; *Nº de entidades:* 19.

**PROJETO PELotas** *Volume de pescado:*  
371 ton - RS 549 mil; *Famílias de  
pescadores:* 220; *Pessoas carentes:*  
12.500; *Nº de entidades:* 27.

**PROJETO SÃO LOURENÇO** *Volume  
de Pescado:* 66 ton - RS 97 mil;  
*Famílias de pescadores:* 39;  
*Pessoas carentes:* 2.760; *Nº  
de entidades:* 27.

## OS PESCADORES ARTESANAIS

O caso dos pescadores artesanais da colônia Z-3 de Pelotas também merece destaque. Historicamente submetidos aos atravessadores, viviam em condições de dependência e subordinação comercial. A rede inovou ao possibilitar a comercialização direta, melhores preços e estruturas físicas a partir do apoio da administração pública municipal (gestão 2001-2004) e do Governo Federal, através da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP/PR e do MDA (caminhão, construção de fábrica de gelo e agroindústria de beneficiamento do pescado, estruturas para feiras livres, participação do programa de subvenção ao óleo diesel da Petrobrás), reiterado pela fala do ex-presidente da Cooperativa Lagoa Viva de Pescadores Profissionais Artesanais, Everaldo



**É POSSÍVEL REPETIR  
O MODELO EM  
OUTROS LUGARES?**

É POSSÍVEL REPETIR O MODELO EM  
OUTROS LUGARES?

*“Ela foi crescendo, começamos com Pelotas, hoje conseguimos entregar a produção em vários municípios e cidades da região, produção local, nossa daqui, através da Rede de Comercialização. A gente agora consegue vender direto para as Prefeituras dos municípios alguma coisa. Conseguimos participar de licitações e vender aqui. E foi a partir do programa que a gente teve essa luz e viu essa possibilidade”.*

*Cléo de Aquino, ex-presidente da Unaic*

94

A Rede Solidária tem replicabilidade comprovada. Este é um projeto piloto iniciado em 2003 que criou referências para a execução de políticas públicas para o território nacional e também para o exterior.

**A UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS, A VALORIZAÇÃO E O ESTÍMULO À PRODUÇÃO DIVERSIFICADA DA AGRICULTURA FAMILIAR, ALIADOS A POLÍTICAS PÚBLICAS ESTRUTURANTES, SÃO ASPECTOS RELEVANTES PARA AÇÕES DE IGUAL NATUREZA EM DIFERENTES REGIÕES DO BRASIL.**

A presença e manutenção do trabalho desenvolvido pelo CAPA como unidade geradora e gestora dos processos de organização social, com apoio de organismos internacionais e nacionais, com utilização de metodologias participativas, a valorização e o estímulo à produção diversificada da agricultura familiar, aliados a políticas públicas estruturantes, seja dos governos municipais, estaduais ou federal e apoio dos gestores públicos, são aspectos relevantes e que tornam-

se referenciais para ações de igual natureza em diferentes regiões do Brasil.

Na ocasião da realização, em 2003, do Seminário Internacional de Agricultura e Comércio Justo, em Genebra, Suíça, a divulgação da experiência desenvolvida pelo CAPA em organização social e segurança alimentar foi considerada como exemplo de ações de segurança alimentar e integração das comunidades marginalizadas para os continentes africano e asiático. Em 2008 a experiência da rede é apresentada em Bohn, Alemanha, na conferência internacional *Quem Alimenta o Mundo?*

A EXPERIÊNCIA DA REDE TEM SIDO  
APRESENTADA EM EVENTOS INTERNACIONAIS  
E É CONSIDERADA UM EXEMPLO POSSÍVEL  
PARA AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E  
INTEGRAÇÃO DE COMUNIDADES PARA OS  
CONTINENTES AFRICANO E ASIÁTICO.

95

Com base na experiência positiva deste projeto, em 2005 outros três municípios de médio porte foram incorporados à Rede: Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul e Canguçu.

Verifica-se que a Rede Solidária é a primeira rede de comercialização nestes moldes implantada no Brasil para o PAA, conforme avaliação da CONAB/MAPA, tendo sido utilizada como foco de análise e referência para implementação de uma política pública diferenciada em todo o território nacional. O seu formato não tradicional, sua concepção, desenvolvimento e resultados têm permitido à CONAB/MAPA pensar o aperfeiçoamento do PAA. No momento atual está profissionalizando animadores para formação de redes de comercialização estaduais na Bahia, Pará e Mato Grosso,

segundo este referencial.

Cabe destacar novamente a formação da “Rede Regional de Comercialização da Pesca Artesanal na Região Sul do RS” constituída por 10 cooperativas/associações de pescadores artesanais situadas nos municípios de Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul e São José do Norte.

*“Ao se formarem outras redes verifica-se que o modelo funciona”*, confirma a coordenadora Rita Surita do CAPA Pelotas.



A REDE VIDA A  
GRANEL

## A REDE VIDA A GRANEL

No final de 2008 formou-se uma nova rede de relações e parcerias entre organizações da agricultura familiar apoiadas pelo CAPA no sul do RS, a Rede Vida a Granel – Produtos Orgânicos e Coloniais. Ela busca reunir a diversidade produtiva da região, com o objetivo comum de avançar na comercialização solidária, consolidar e qualificar os processos de integração entre produção e consumo, gerando maior visibilidade para a produção de base familiar.

A rede visa também, ampliar as parcerias e formar uma aliança estratégica entre os agricultores familiares pertencentes à Rede, o setor mini-atacadista e os pequenos varejistas, ampliando os espaços de mercado justo e solidário.

98

**A REDE VIDA A GRANEL – PRODUTOS  
ORGÂNICOS E COLONIAIS BUSCA REUNIR  
A DIVERSIDADE PRODUTIVA DA REGIÃO,  
COM O OBJETIVO COMUM DE AVANÇAR NA  
COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA, CONSOLIDAR  
E QUALIFICAR OS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO  
ENTRE PRODUÇÃO E CONSUMO.**

Através do Programa de Dinamização Econômica da SDT/MDA, com as Bases de Serviços de Comercialização (BSC), a rede pode melhorar seus instrumentos de divulgação, com a publicação de um catálogo de produtos e a criação do site [www.vidaagranel.com.br](http://www.vidaagranel.com.br).

Ela é composta por 15 organizações da agricultura familiar, caracterizadas por seu grande potencial na produção diversificada de alimentos, na sua maioria de base ecológica. São elas: Associação Regional de Produtores Agroecologistas

da Região Sul – Arpa-Sul; Cooperativa de Produção Agropecuária Vista Alegre Piratini Ltda (COOPAVA); Cooperativa das Atividades Agroindustriais e Artesanais dos Agricultores Familiares de Turuçu (COOPERTURUÇU); Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul (COOPAR); Cooperativa dos Produtores de Leite da Zona Sul Ltda (SULLEITE); Cooperativa de Apicultores de Canguçu - Coomelca Ltda; Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (NEMA) “Amigo do Taim”; Agroindústria Figueira do Prado; União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (UNAIC); Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda; Associação das Avicultoras de São Lourenço do Sul (SISA); Agroindústria Vida na Terra; Agroindústria Sabor Nativo; Cooperativa de Pequenos Agricultores Produtores de Leite da Região Sul (COOPAL); Cooperativa de Consumo, Trabalho e Produção Teia Ecológica.

99

O fortalecimento destas organizações através das redes permite que elas busquem e se insiram em outros mercados, proporcionando maiores alternativas de comercialização para os agricultores que as integram, garantindo mercado para os produtos. Citamos como exemplo, o caso de Guilherme Kuhn, agricultor familiar da localidade de Estrada da Gama no município de Pelotas, que chegou a plantar 80 mil pés de fumo e hoje está plantando cerca de 20 mil pés. Ele pensa até em, terminando o contrato, não plantar mais fumo. Guilherme, sua esposa e seus dois filhos diversificaram a propriedade, plantando hortaliças orgânicas (cenoura, couve, repolho, batata-doce, batata inglesa, mandioca, beterraba) e comercializando na cooperativa para o programa e no mercado local.

O resultado concreto deste programa é a garantia de venda e a valorização através do preço pago ao agricultor, trazendo aumento da renda dos agricultores, ampliando a produção ecológica e fortalecendo as organizações dos agricultores.

#### A REDE EM NÚMEROS HOJE

- 10 Municípios Fornecedores: Pelotas, São Lourenço do Sul, Canguçu, Arroio do Padre, Turuçu, Cerrito, Herval, Morro Redondo, Santa Vitória do Palmar e Cristal.
- 07 Municípios Consumidores: Pelotas, São Lourenço do Sul, Canguçu, Morro Redondo, Santa Vitória do Palmar e Cristal.
- 23 Organizações (06 cooperativas de agricultores familiares; 05 cooperativas de pescadores artesanais; 03 associações/cooperativas de assentamento de reforma agrária, 09 associações de quilombolas);
- 94 Instituições beneficiárias de famílias carentes em risco alimentar;
- 3.739 famílias carentes em situação de risco alimentar, cerca de 18.695 pessoas;
- Cerca de 1.500 famílias de agricultores/pescadores/quilombolas/assentados fornecedores

100

Com relação ao Fome Zero – PAA/Doação Simultânea temos os seguintes números de comercialização da rede:

<b>A N O</b>	<b>VOLUME (TON.)</b>	<b>FINANCEIRO (R\$)</b>
2003 - 2004	1.300	1.700.000,00
2005 - 2006	1.818	2.700.000,00
2007 - 2008	1.800	2.800.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.918</b>	<b>7.200.000,00</b>

*Fonte: CAPA, 2008.*



1

**LIÇÕES APRENDIDAS  
E CONCLUSÕES**

## LIÇÕES APRENDIDAS E CONCLUSÕES

A filosofia e prática do CAPA, pautada na agroecologia e no cooperativismo, consolidada pelo apoio das parcerias internacionais, deu origem a organizações da agricultura familiar na Região Sul do Rio Grande do Sul. A partir de sua ação, começa a estabelecer vínculos de cooperação mútua com gestores públicos, gerindo as oportunidades oferecidas pelas políticas governamentais.

O aprimoramento e ampliação destas ações constituem-se na base filosófica e operacional para o estabelecimento da Rede Solidária. A rede demonstra na prática que é possível minimizar problemas de segurança alimentar com políticas públicas e com organização na produção. Seu trabalho é inédito e original uma vez que efetiva ações concretas no sentido de diminuir a fome.

102

**A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MODELO SOCIAL,  
COM MENOS DESIGUALDADES E MAIOR  
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, PROMOVENDO O  
CONSUMO ALIMENTAR SAUDÁVEL, ELEVANDO  
OS NÍVEIS NUTRICIONAIS DA POPULAÇÃO E  
RESGATANDO A CIDADANIA DOS ENVOLVIDOS  
- É POSSÍVEL.**

Ao analisar a iniciativa, verifica-se a existência de um trabalho de base de algumas décadas – por um lado, no meio rural, fruto da dedicação do CAPA que, ao longo de 30 anos, vem trabalhando com a organização social, construindo os alicerces da rede e, por outro, na periferia das cidades, o trabalho de organização comunitária desenvolvido pelas comunidades religiosas nos bairros, algumas com mais de 50 anos de existência.

Também se destacam as iniciativas de comercialização anteriores à constituição da Rede Solidária fomentadas com apoio de parceiros, cujos valores e aspirações comuns e experiências vivenciadas em processos anteriores somados ao histórico das organizações da agricultura familiar envolvidas possibilitaram a animação do novo programa.

O papel do CAPA, na formação e histórico destas organizações, tem destaque.

Dentre as lições aprendidas destacam-se, principalmente, as relacionadas com a utilização do potencial local para combater problemas sociais tão sérios como a pobreza e a fome. O trabalho da rede constitui-se num processo dialógico complexo, gerando condições de protagonismo, agregando e promovendo setores historicamente marginalizados e possibilidades de reconhecimento social, com ocupação de espaços decisórios.

103

Enumera-se como diferencial para o alcance da segurança alimentar a utilização dos circuitos curtos de produção e consumo, envolvendo a sociedade civil organizada e o desenvolvimento de políticas públicas, integrando-as em harmonia com as necessidades da população, tanto do meio rural, que é de produzir e vender, como do meio urbano, que necessita alimentar-se com alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para o suprimento de suas necessidades vitais.

A inclusão de comunidades quilombolas como produtoras de alimentos também demonstra como ações de associativismo e cooperação social podem alterar a realidade de populações que dependem da venda de seus excedentes para viabilizar sua manutenção no campo, possibilitando o incentivo à produção e a sua autonomia.



Todas estas ações colaboram para o desenvolvimento da agricultura baseada na agroecologia, apoiada pela capacitação, assistência técnica e extensão rural, favorecendo a produção ecológica de alimentos com geração de renda para agricultores familiares, assentados de reforma agrária, quilombolas e pescadores artesanais.

- Fica evidenciada que é possível a construção de um novo modelo social, com menos desigualdades e maior distribuição de renda, promovendo o consumo alimentar saudável, elevando os níveis nutricionais da população beneficiada e resgatando a cidadania, tanto dos produtores quanto dos consumidores.
- O maior aprendizado é a constatação de que este trabalho foi possível pela interação entre parceiros em diversos níveis institucionais, sejam gestores públicos, organizações da agricultura familiar, organizações religiosas nos bairros ou organismos internacionais. É essa parceria entre a sociedade civil e os poderes públicos que torna o projeto viável e sustentável.
- A premiação da Prática na edição 2005/2006 do Prêmio CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local destaca o momento em que o trabalho da Rede Solidária atinge um amadurecimento. A rede atinge um patamar de organização que permite a experiência ser replicada em outros municípios da região, tornando-se reconhecida nacional e internacionalmente.



Esta publicação foi finalizada em Dezembro de 2008. A tipografia utilizada no corpo de texto é a *Minion* e a impressão, encadernação e o acabamento foram realizados na gráfica Seriarte, de Pelotas - RS, com tiragem de 1.000 exemplares impressos em *offset* sobre papel reciclado. TODO O MATERIAL CONTIDO NESTA PUBLICAÇÃO É DE PROPRIEDADE DE SEUS RESPECTIVOS AUTORES. A REPRODUÇÃO PARCIAL OU INTEGRAL É PERMITIDA, DESDE QUE CITADA A FONTE.







www.fundacaodiazona.org.br

Realização



Apoio



Secretaria da Agricultura Familiar

Ministério do Desenvolvimento Agrário

